

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

Ricardo Ganciné Pereira

**O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO-TÁTICO DO PCB E LUTA
PELA UNIDADE DO PROLETARIADO NA ABERTURA POLÍTICA
(1978-1985)**

Santa Maria, RS
2023

Ricardo Ganciné Pereira

**O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO-TÁTICO DO PCB E LUTA PELA
UNIDADE DO PROLETARIADO NA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985)**

Trabalho de Conclusão de Graduação
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial
para a obtenção do título de Graduado em
História.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS
2023

Ricardo Ganciné Pereira

**O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO-TÁTICO DO PCB E LUTA PELA
UNIDADE DO PROLETARIADO NA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Licenciatura em História, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para a obtenção
do título de Graduado em História.

Aprovado em 14 de dezembro de 2023

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (Presidente – Orientador – UFSM)

Prof. Dr. Leonardo Guedes Henn (História – UFN)

Prof. Dr. Sérgio Alfredo Massen Prieb (Economia – UFSM)

Profª Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad (Arquivologia – UFSM – Membro Suplente)

Santa Maria, RS
2023

Dedico esse trabalho a Eloy Batista da Silva (*in memoriam*),
caminhoneiro, motorista de ônibus e meu querido avô.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho marca o encerramento de um ciclo que teve início no segundo semestre de 2016, quando iniciei o curso de Licenciatura em História na Universidade Franciscana (UFN). Todo o meu desenvolvimento acadêmico, que culminou neste trabalho, só foi possível graças à cooperação e à aprendizagem proporcionadas por diversas pessoas ao longo deste período.

Nesse contexto, expresso meu agradecimento inicial aos meus pais e minha avó, respectivamente, Rosana de Cassia Ganciné da Silva, Deciomar Pereira e Joana Marilus Ganciné Silva, pelo apoio incondicional à minha formação como pessoa. Sem eles, não teria alcançado nenhum dos meus objetivos. Estendo o agradecimento ao meu padrasto José Carlos Brondani e à minha madrasta Francine Eidt, que me acolheram muito bem em suas vidas.

Agradeço também à minha companheira, Elisa Dessbesell Campos, por construir uma base sólida e ser a inspiração constante em minha jornada. Com ela, minha caminhada ultrapassa os limites do eu. Sem a compreensão dela e seus conselhos, tomar decisões acertadas teria sido impossível. Meu agradecimento se estende à sua família, notadamente minha cunhada Natália Campos, meu cunhado Guilherme Campos, minha sogra Rosalia Campos e meu sogro Roberto Campos.

Aos meus amigos e camaradas Isadora Torres, Fabio Fábio Krützmann, Yuri Yung, Miguel Rocha, Luan Costa, Nathália Venturini, Vinicius Magalhães, Êmilly dos Santos e Vitor Hugo Schunemann, expresso minha gratidão e carinho por todas as experiências compartilhadas e pelo apoio mútuo. A eles, soma-se Luis Felipe Ayala, cujas palavras anteriores também se aplicam a ele, desempenhando um papel singular ao compartilhar sua rica trajetória de vida ao morar comigo, uma fonte constante de inspiração.

Aos amigos e colegas Gabriel Leite, Matheus Meller, Naíne Krauffemberg e Yúri Batista, agradeço por todos os momentos compartilhados na UFSM. Sinto-me privilegiado e orgulhoso por ter caminhado ao lado de pessoas incríveis como eles.

A Cássio Sbicigo, Jonathan Della Flora e Dii Lima, meus amigos e minha amiga, expresso minha gratidão pela sensibilidade e contribuição em minha vida. Ao Gabriel Parcianello, que acompanha minha jornada desde o ensino médio até a graduação

em História, e ao Rodrigo Bardbury Oliveira, que mostrou ser uma pessoa incrível ao compartilhar o mesmo espaço comigo, meu agradecimento.

A todas as pessoas com quem desenvolvi uma sincera relação de camaradagem e amizade, faço menção especial a Germano Molardi, Bruno Silva, Camilla Stefanello, Julia Teixeira, Amanda Xavier e Mariana Flores. Obrigado por fazerem parte da minha história, mesmo que eu não tenha respondido às suas contribuições à altura. Sinceramente, desejo a todos o melhor e muito sucesso.

Ao camarada e amigo Runildo Pinto, agradeço pela estadia crucial em momentos de necessidade, uma experiência que carregarei por toda a minha existência. Ao também camarada e amigo Sérgio Prieb, expressei minha gratidão pelo apoio em todos os sentidos durante minha formação e de tantos outros. Ao meu psicólogo, Diego Antonello, agradeço pelo papel decisivo na retomada deste trabalho.

Ao meu orientador e professor, Diorge Konrad, expressei minha gratidão não apenas por estar presente nesta etapa tão importante, mas também por sua dedicação como professor e pesquisador de História. Diorge é uma grande referência para mim e para centenas de pessoas que passaram pelos corredores do 74^a na UFSM. À professora Glaucia Konrad, pela disponibilidade e atenção em minha banca, agradeço, e esse agradecimento se estende ao professor Leonardo Guedes Henn, a quem tive a honra de ser seu aluno na disciplina central de Teoria da História na UFN, fundamental para minha formação.

Por fim, vale ressaltar que seria impossível agradecer a todos que contribuíram de alguma forma neste processo. Ainda assim, optei por correr o risco da omissão. Ao olhar para minha trajetória acadêmica, fica evidente que somos seres sociais e coletivos. Aqueles que se curvam ao individualismo perdem aos poucos toda a beleza da vida.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!
(MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, 2005, p. 69)

RESUMO

DONA CLASSE E SEUS DOIS PARTIDOS: O PCB E A LUTA PELA UNIDADE DO PROLETARIADO NA LENTA, GRADUAL E SEGURA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985)

AUTOR: Ricardo Ganciné Pereira
ORIENTADOR: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

O presente texto consiste no Trabalho de Conclusão de Graduação (TCG) do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulado “O Desenvolvimento Estratégico-Tático do PCB e luta pela unidade do proletariado na abertura política (1978-1985)”. Neste trabalho, buscamos analisar o contexto e as determinações da perda considerável de influência política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em um período que coincide com o da fundação, consolidação e ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) como força hegemônica do Movimento Operário Brasileiro. Para isso, foi de extrema importância compreender a visão que o PCB tinha sobre o PT e como os comunistas se diferenciavam em linha política, na estratégia e na tática. Neste processo, concluímos que a diminuição da inserção do Partido no seio do proletariado está diretamente relacionada com o desenvolvimento da Estratégia Democrático-Nacional da revolução que o conduziu para a tática da defesa incondicional da unidade, questionada pelo Movimento Sindical em ascensão. O PT, por sua vez, emerge neste contexto buscando sua legitimidade no sindicalismo combativo, incorporando as demandas imediatas do proletariado brasileiro como prioridade. Em nossa pesquisa, foi utilizado o materialismo histórico-dialético como ferramenta para busca da totalidade e entendimento da relação mútua entre os agentes históricos estudados, bem como suas relações com o contexto histórico brasileiro e mundial.

Palavras-chave: Comunismo; Partido Comunista Brasileiro; Partido dos Trabalhadores; Central Única dos Trabalhadores; Movimento Sindical; Brasil.

ABSTRACT

STRATEGIC-TACTICAL DEVELOPMENT OF THE PCB AND THE STRUGGLE FOR PROLETARIAN UNITY IN THE POLITICAL OPENING (1978-1985)

AUTHOR: Ricardo Ganciné Pereira
ADVISOR: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

The present text consists of the Undergraduate Thesis (TCG) of the History Teaching program at the Federal University of Santa Maria (UFSM), entitled "Strategic-Tactical Development of the PCB and the Struggle for Proletarian Unity in the Political Opening (1978-1985)." In this work, we aim to analyze the context and determinants of the significant loss of political influence of the Brazilian Communist Party (PCB) during a period that coincides with the foundation, consolidation, and rise of the Workers' Party (PT) as the hegemonic force in the Brazilian Labor Movement. To achieve this, it was crucial to understand the perspective that the PCB had regarding the PT and how the communists differed in terms of political line, strategy, and tactics. In this process, we conclude that the decrease in the Party's insertion within the proletariat is directly related to the development of the Democratic-National Strategy of the revolution, which led it to the tactic of unconditional defense of unity, questioned by the rising Trade Union Movement. Meanwhile, the PT emerges in this context, seeking legitimacy in combative unionism and prioritizing the immediate demands of the Brazilian proletariat. In our research, we employed historical-dialectical materialism as a tool to explore the totality and understand the mutual relationship between the historical agents studied, as well as their connections with the Brazilian and global historical context.

Keywords: Communism; Brazilian Communist Party; Workers' Party; Unified Workers' Central; Labor Movement; Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E A CONTESTAÇÃO SINDICAL	16
2.1	A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O ARROCHO SALARIAL..	18
2.2	A PRIMEIRA EXPLOSÃO CONTESTATÓRIA E A RESPOSTA DA DITADURA	22
2.3	BREVE COMENTÁRIO SOBRE A SEGUNDA EXPLOSÃO CONTESTATÓRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS	28
3	O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	31
3.1	O PCB E A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA NACIONAL	32
3.2	RUPTURAS TÁTICAS E CONTINUIDADE ESTRATÉGICA NO PCB	38
3.3	O PCB DIANTE DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR.....	44
4	OS COMUNISTAS DIANTE DA DIVISÃO NO NOVIMENTO SINDICAL	52
4.1	A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E A DIVISÃO NO SINDICALISMO CLASSISTA	52
4.2	CONSOLIDAÇÃO DA DIVISÃO	56
5	CONCLUSÃO.....	59
	REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a divisão no Movimento Sindical Brasileiro durante a chamada segunda explosão contestatória à Ditadura Empresarial-Militar. Mais especificamente, a perspectiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante o processo de ruptura da unidade classista, no contexto da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), momento que marca a menor inserção do Partido no seio do proletariado.

Nosso recorte temporal tem início em 1978, ano que é considerado o início do processo de Abertura Política, em ocasião do início do governo do último ditador, João Batista Figueiredo, que assumiria no ano seguinte, na conjuntura marcada pela conquista da Anistia. 1985 é o ano que fecha nosso recorte temporal por ser considerado o fim do ciclo ditatorial devido a eleição presidencial indireta de José Sarney (Movimento Democrático Brasileiro - MDB). No entanto, a escolha desse período como recorte se deve, sobretudo, por ser nele que acontece a retomada do Movimento Sindical combativo à frente das entidades a partir da campanha salarial de 1978, a qual irá resultar em uma série de greves e congressos operários. É neste terreno que aconteceram os embates entre diferentes concepções sindicais e partidárias, inicialmente protagonizadas pelo PCB e pelo “Novo Sindicalismo”, que culminaria na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

O Partidão, como era conhecido o PCB, tinha expressiva influência de massas na primeira metade dos anos de 1960 e foi brutalmente golpeado pela Ditadura Empresarial-Militar. Com a maioria de seu Comitê Central (CC) no exílio, durante a Ditadura, se recusou a tática da luta armada e o Partido apostou em duas frentes que se relacionavam entre si para derrotar o Golpe: a Frente Ampla pela democracia articulada com o trabalho clandestino de reorganização do Movimento Sindical, atuando pelo princípio da unidade sindical, dentro da estrutura oficial. Ainda que brutalmente ferido pela repressão e sem o quase monopólio da esquerda operária, que outrora havia conquistado, o Partido chega aos anos de 1980 ainda com grande influência. Coerente com sua tática¹, diante da explosão sindical que percorreria os

¹ Compreendemos a tática como a batalha que se escolhe ou que é obrigado a lutar, assim como a consistência dessa luta e suas formas. Por estratégia, seria a guerra pela qual se está lutando e o processo de articulação entre as diferentes táticas para vence-la. No caso dos revolucionários, a

finais dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, os comunistas construíram o campo chamado Unidade Sindical (US), empenhando-se na unificação do sindicalismo em torno da construção da transição para democracia.

Sendo assim, apesar do nosso recorte, se fez necessário uma abordagem de longa duração sobre o desenvolvimento histórico do PCB antes de 1964, com o objetivo de assimilar o processo de construção da estratégia da revolução por etapas e como ela irá influenciar o Partido no período estudado. Nota-se, que ter sido a menor minoria no início da abertura, não significou um controle absoluto dos rumos e táticas adotadas pelo sindicalismo. Ao contrário, contra o princípio da unidade sindical, começaram a se formar um campo de oposição à estrutura sindical oficial como um todo, sendo articulado inicialmente em torno da defesa do pluralismo sindical e em um segundo momento pela criação de um novo partido político dos trabalhadores, o PT. A relação entre estes dois campos possui destacado lugar em nossa pesquisa, pela consolidação da divisão que impediu a construção de uma central sindical unificada.

Ainda que com o risco de cometermos omissões, nosso trabalho se concentra na perspectiva do PCB, por ser um dos agentes históricos que protagonizou os embates, sendo o recorte necessário para a pesquisa. Ainda assim, também consideramos outros agentes em nosso estudo como o próprio PT, os sindicalistas independentes, os trabalhistas de esquerda, os comunistas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), mas sem a profundidade de nosso objeto.

Apesar dos esforços, as divergências, em torno da política sindical (unicidade ou pluralismo), da política nacional (Frente Ampla ou Frente de Esquerda) e da criação de um novo partido político, evoluíram para um ponto inconciliável de ruptura no interior do sindicalismo. Essa ruptura marcou a ascensão de uma nova força política, o PT, que vai além do campo sindical e logo se tornou a maior força política popular do Brasil.

Como uma tradição e cultura política considerável que visava um objetivo de longo prazo, o PCB mobilizava as massas no rumo de sua legitimação no Movimento Operário a partir da perspectiva comunista, isto é, a visão de que era necessário superar o modo de produção capitalista, a fim de para alcançar a emancipação humana. Nessa luta, o proletariado seria a classe estratégica, mas que para a classe

Estratégia seria o caráter da revolução a ser alcançada e a tática a forma como ela é operada diante da conjuntura.

em si viesse a ser classe para si era necessária uma vanguarda consciente desses objetivos, trabalhando de forma organizada para alcançá-los: o Partido Comunista. Ao contrário das dissidências antecessoras que reivindicavam um lugar no Movimento Operário, o PT nasceu com uma cultura política própria do final do ciclo ditatorial, na qual uma nova e dinâmica classe trabalhadora era esmagada pelo arrocho salarial.

Se o PCB via o PT como um partido pouco comprometido com objetivos revolucionários de longo prazo e, até certo ponto, apesar da combatividade, como participantes do projeto anticomunista de abertura lenta, gradativa e, principalmente, segura, pensada pelo estrategista da Ditadura, o Golbery do Couto e Silva, o PT via na tática frente amplista defendida pelo Partidão o apoio à transição controlada para a democracia, em uma troca de acusações.

A produção acadêmica sobre o PCB é extensa e os primeiros materiais remetem ao próprio contexto histórico, se não à produção historiográfica, à produção sociológica, – que é extensa principalmente sobre o sindicalismo. Como resultado de sua tese de doutorado em História Econômica no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo (USP), o atual professor da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e membro do CC do PCB, Antônio Carlos Mazzeo, publicou o livro *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil* (1999), no contexto de 75 anos do Partido Comunista no Brasil, durante o auge das teorias do fim da História que marcaram a década de 1990 no pós-fim da União das Repúblicas Socialistas da União Soviética (URSS).

Nele, o cientista político paulista, o qual se configura em uma das principais referências em nosso trabalho, relaciona o Partidão com a consolidação do capitalismo brasileiro pela chamada via prussiana-colonial. Com referência em Vladimir Lênin e no filósofo húngaro György Lukács, para o autor, o capitalismo brasileiro não seguiria o mesmo padrão de desenvolvimento que nas vias clássicas, onde se desenvolveu a partir de revoluções burguesas políticas e econômicas. No Brasil, a revolução econômica não seria acompanhada das conquistas democráticas e nucleadas pelo povo, vindo daí o caráter frágil da democracia liberal. Contudo, se diferencia do filósofo Carlos Nelson Coutinho², na medida em que Mazzeo avança não

² Ver COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 203-222.

apenas na constatação de que o Brasil segue o modelo “não clássico”, porque o caráter prussiano no Brasil possuiria a particularidade “colonial”.

É justamente a dificuldade em reconhecer esta particularidade que faz Antônio Carlos Mazzeo identificar o grande erro do PCB no século XX. O Partido mantinha ilusões com uma suposta burguesia nacionalista e anti-imperialista, o que o condicionava a colocar centralidade em uma Frente Ampla pela abertura democrática. Esta, por sua vez, viria a ser questionada por expressivos setores operários junto com os “velhos” projetos e programas políticos das esquerdas, seja os ligados a vertente comunista histórica do PCB, as que assumiram perspectivas “vanguardistas”, e as que vinham do enfrentamento armado direto à ditadura bonapartista, mas que careciam ainda de trabalho de massas e inserção no Movimento Sindical. Neste sentido, as movimentações operárias pós 1978 são caracterizadas pela ótica intuitivo-política e careciam de uma vanguarda consciente para que realizassem mediações efetivas entre a consciência imediata dos trabalhadores com uma política que elevasse o grau organizativo e político daquelas movimentações, residindo aí o germe da derrota do movimento grevista e as limitações do nascente PT (MAZZEO, 1999, p. 158-159). No entanto, cabe pontuar que, apesar dos vínculos orgânicos de Mazzeo com o Partido, o PCB revisou sua estratégia em 2005, passando a ser crítico da revolução por etapas, tese que o historiador paulista rejeita.

Outro autor de destaque em nossa pesquisa é Marco Aurélio Santana, o qual produziu vasta bibliografia sobre o sindicalismo na transição e sobre o papel dos comunistas neste processo. Ele é caro a nossa pesquisa, pois trabalha a História do Movimento Sindical, com ênfase na História dos Comunistas e Petistas, com várias publicações sobre o sindicalismo nos anos de 1980. Entre elas destacam sua pesquisa de doutorado convertida em livro, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (2001) e os artigos “Entre a ruptura e a continuidade: visões da História do Movimento Sindical brasileiro (1999)”, “Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT” no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980” (2007) e “O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate (1988)”.

Neles, o autor oferece uma análise particular sobre as limitações em torno da possibilidade de unidade da classe trabalhadora que resultaram na criação de duas centrais sindicais, a CUT, em 1983, e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986. Para o autor, a divisão aconteceu mais pelas diferentes linhas políticas do que propriamente pelas distinções sindicais de fundo. Para nós, seus textos assumem

centralidade na medida que oferecem um debate sobre como foi importante a construção da perspectiva das oposições sindicais que se consideravam o “novo” sindicalismo em contraposição ao “velho”, da mesma medida que a oposição e diferenciação do PCB em relação ao PT era fundamental na luta por hegemonia. Marco Aurélio Santana incorpora a crítica às teorias do populismo para problematizar a tese de que o PT, como o “Novo Sindicalismo”, estaria completamente em contradição com um sindicalismo supostamente refém dos líderes populistas anteriores à Ditadura Empresarial-Militar, incorporação crítica da qual compartilhamos.

Para exposição de nosso estudo, optamos pelo recorte em cinco capítulos. Certamente, a divisão mecânica da explicação desse processo afasta o leitor da busca pela totalidade, cara ao método materialista e dialético, mas optamos por ela para facilitar a compreensão de diferentes tramas simultâneas. Sendo assim, no segundo capítulo buscamos compreender a Ditadura Empresarial-Militar a partir de elementos centrais, em especial sua localização em relação a geopolítica mundial e o desdobramento disso na chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Neste sentido, José Paulo Netto (2014) nos fornece, junto com Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2014) e Nilson Borges (2003), importantes explicações. Ainda no segundo capítulo, observamos a resposta truculenta dos militares contra o Movimento Sindical contestatório e que culminou no Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e entramos brevemente no contexto da segunda explosão contestatória.

No terceiro capítulo, buscamos compreender o desenvolvimento da estratégia nacional e democrática do PCB e seus desdobramentos táticos. Para isso, além dos já citados Marco Aurélio Santana e Antônio Carlos Mazzeo, a historiadora Anita Leocádia Prestes nos forneceu interessante abordagem, sobretudo, a partir do livro *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* (2015). A compilação de documentos históricos do PCB, realizada por Edgard Carone, na coletânea *O P.C.B.* (1982) permitiu a nossa pesquisa a leitura dos textos de época, produzidos pelos comunistas, na luz dos acontecimentos trabalhados.

Por fim, o quarto capítulo é dedicado a fechar a abordagem sobre a atuação do PCB no contexto de ruptura no sindicalismo classista, no processo sem êxito de fundação de uma central sindical única. Leôncio Rodrigues, em “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” (1991) contribuiu na pesquisa para situar os diferentes agentes históricos que atuavam naquele contexto. Obra que, junto com

o já citado *Homens partidos* (SANTANA, 2001) ajuda a observar o desdobramento tático da estratégia nacional e democrática.

Sendo assim, acreditamos que a pesquisa poderá contribuir para a compreensão, por parte da historiografia dedicada ao tema, das determinações teóricas que resultaram na tática adotada pelos comunistas, no contexto da Abertura Política. Acreditamos, porém, que seria de grande importância um estudo mais aprofundado sobre o processo dos debates internos no PCB, ao longo da década de 1980, em especial, a recepção do eurocomunismo relacionado ao Movimento Sindical.

2 A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E A CONTESTAÇÃO SINDICAL

Buscaremos fornecer uma breve contextualização histórica sobre o significado e o impacto da Ditadura Empresarial-Militar para os trabalhadores, à luz do processo político brasileiro entre 1964 e 1968. Para isso, daremos ênfase nas principais medidas impostas pela Ditadura em sua consolidação, bem como a contestação deste processo pela classe trabalhadora.

Com a Revolução Cubana, em 1959, o Brasil entrou nos anos 1960 como uma peça chave na geopolítica mundial. Sendo assim, a Ditadura não pode ser compreendida fora do contexto da chamada Guerra Fria, na qual o Estados Unidos da América (EUA) disputava a hegemonia da geopolítica com a URSS. Na América Latina, a hegemonia estadunidense era predominante e atuava em escala mundial na chamada contrarrevolução preventiva. José Paulo Netto, em sua obra *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*, a caracteriza a partir de três de seus objetivos principais:

1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas (2014, p. 75).

É neste contexto, da contrarrevolução mundial que aconteceu o Golpe Empresarial-Militar de 1964 no Brasil. Mas, como sabemos, tanto as revoluções como as contrarrevoluções se realizam e são ajustadas em marcos nacionais, tendo em vista as diferentes formações sociais. Compartilhamos da perspectiva de que o desenvolvimento histórico brasileiro tem a forma daquilo que Antônio Carlos Mazzeo (2015) chamou de via prussiana-colonial. Nessa perspectiva, a Formação Social Brasileira é marcada pelo desenvolvimento do capitalismo com a manutenção das formas econômico-sociais anteriores a este modo de produção, funcionalizando-as, e não contra elas, como em países da chamada via clássica (França e Inglaterra). No entanto, além das semelhanças com o conceito leniniano de via prussiana, no Brasil soma-se o caráter colonial dessa evolução (*idem*).

Em resumo, o capitalismo se desenvolveu no Brasil a partir das classes dominantes mais conservadoras da sociedade, as quais se associaram de forma

subordinada à grande burguesia monopolista dos países centrais (imperialistas) e não contra elas. Resulta desse processo a tradição antidemocrática de expressivos setores da sociedade brasileira, em especial da burguesia, caracterizada pela sistemática exclusão da massa do povo das decisões políticas. Citando novamente Jose Paulo Netto (2014, p. 76), “no Brasil, a socialização da política não se realizou plenamente, e quando deu passos adiante, os setores de ponta das classes dominantes lograram trava-la”.

Esta via foi abalada no início dos anos 1960 com a contraposição entre dois projetos econômicos-políticos e sociais: um, na perspectiva de manter a dinâmica do capitalismo brasileiro e adapta-lo à nova realidade; outro, no sentido de superá-la, se chocando com a via prussiana-colonial na defesa das Reformas de Base, objetivando bases nacionalistas para o desenvolvimento de um capitalismo autônomo. No que se relaciona às divergências nas transformações econômicas em curso, para Netto, à direita, teríamos

a rearticulação das modalidades de acumulação penalizando fortemente as camadas trabalhadoras para permitir um novo arranjo entre o Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro, aprofundando a dependência em face dos centros imperialistas ou realizando as reformas de base para reorientar a economia na direção de romper com aquela dependência (2014, p. 76).

O alargamento do protagonismo popular, durante os anos de governo de João Goulart (1961-1964), colocou em xeque a alternativa da mudança conservadora, possibilitando sua superação sob bases de um projeto nacionalista e popular. No entanto, o que estava em jogo não era uma revolução anticapitalista, mas reformas políticas democratizantes da vida social e econômica. É nesta trama que o Golpe Empresarial-Militar assumiu um significado histórico: não representou simplesmente a deposição de um presidente eleito, mas a liquidação de um projeto político progressista, o qual vinha ganhando expressivos setores populares, no sentido de democratizar e popularizar a vida política e superar a dependência econômica nos marcos do capitalismo. Além de manter os principais traços da tradicional formação social-brasileira, o Golpe buscou refuncionalizar o Estado e a estrutura de poder para adequá-lo as transformações em curso na divisão internacional do trabalho.³ A tutela

³ Para Netto, “uma das causas decisivas dessas transformações residia na superacumulação de capitais nos países centrais, que levava a internacionalização do processo produtivo pelas empresas

militar assegurou as condições políticas para a realização do projeto da grande burguesia, do imperialismo e do latifúndio e manteve a via prussiano-colonial em curso.

Explicado alguns aspectos introdutórios, antes de entrar propriamente no desenvolvimento do PCB e do sindicalismo, durante a Ditadura, faremos um parêntese necessário para explicar tanto a Lei de Segurança Nacional (LSN) quanto a política do arrocho salarial, porque ambas são aspectos centrais da nova política em curso, tendo no Movimento Operário sua resistência mais duradoura.

2.1 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O ARROCHO SALARIAL

Como vimos, o contexto mundial era marcado pela polarização entre os EUA e a URSS. O conflito que passou a ser chamado de Guerra Fria, apesar de ter se iniciado por várias determinações distintas, resultantes do próprio antagonismo entre a existência de um campo socialista, anti-imperialista e anticolonialista e outro campo capitalista e colonizador - ambos se desenvolvendo com aspectos heterogêneos em cada país e que tiveram como marco o nascimento da Doutrina Truman. Ela era justificada pela narrativa da necessidade dos Estados Unidos da América defender o “ocidente” capitalista e seu “mundo livre” de seus inimigos, com isso justificando a escalada anticomunista, belicista e hegemônica estadunidense, após a Segunda Guerra Mundial. Com ela se legitimou o colonialismo dos países europeus e o apoio de ditaduras de inspiração fascista, como de Antônio de Oliveira Salazar e Francisco Franco, em Portugal e Espanha, e regimes como o do Apartheid na África do Sul. Não estava em jogo efetivamente a defesa da democracia liberal, mas a correlação de forças, a todo o custo, da hegemonia global estadunidense.

Não eram apenas os países socialistas que eram alvos desta ofensiva, mas todo e qualquer movimento político no Mundo que viera ou não a governar algum país e que eventualmente tivesse simpatia ou relações meramente pragmáticas com a União Soviética, bem como países capitalistas dependentes que nutriam aspirações nacionalistas e se opunham aos interesses estadunidense. Os alvos na América Latina eram, principalmente, governos democráticos e nacionalistas.

imperialistas, a fim de operar a valorização do capital diretamente nos países dependentes” (2014, p. 78).

No entanto, com a abertura dos anos 1960, a Doutrina Truman foi fortemente abalada com o aumento mundial do prestígio do comunismo, seja pelo apoio da União Soviética aos movimentos negros estadunidenses e aos movimentos de libertação nacional, pelos seus grandes avanços tecnológicos e pelo triunfo de revoluções socialistas em países estratégicos para o imperialismo, com na China e, o caso que nos é mais emblemático, Cuba, uma ilha a poucos quilômetros de distância dos Estados Unidos. A Revolução Cubana colocou em xeque não apenas a Doutrina Truman, como também a Doutrina Monroe e sua política da boa vizinhança e do grande porrete (big stick).

Neste sentido, como já mencionamos anteriormente, a contrarrevolução mundial operou nos países sempre com características nacionais. A Doutrina Truman foi núcleo ideológico comum para legitimar o exercício arbitrário e ditatorial do poder pelos militares, após 1964, sob a consigna de DSN, sendo Golbery de Couto e Silva o ideólogo mais conhecido (BORGES, 2003).

A DSN foi desenvolvida na Escola Superior de Guerra (ESG) e se propagou para outras instituições de formação militar, como a Escola de Comando do Estado-Maior (BORGES, 2003). A elaboração brasileira podia ser caracterizada por: 1) a compreensão de que as fronteiras territoriais perdiam espaço durante a Guerra-Fria para as fronteiras ideológicas; 2) divisão bipolar de mundo entre o “mundo livre” e o “mundo comunista”; 3) maior importância dada a Guerra Irregular e ao inimigo interno do que a tradicional Guerra Regular e os inimigos externos, ou seja, a agressão direta entre Estados Nacionais perdia espaço para o combate à subversão interna e; 4) a necessidade de um aparato repressivo, de uma rede de informações e do desenvolvimento econômico (NETTO, 2014). Além disso, o desenvolvimento econômico passava pela constituição de um modelo de economia capitalista, com forte intervenção do Estado, mas sem o objetivo de atender as necessidades básicas da população como fator principal, haja vista que sua centralidade estava no fortalecimento e consolidação militar do Estado (BORGES, 2003).

Ainda que houvessem alas diferentes dentro do núcleo dirigente da Ditadura, tradicionalmente chamadas de “Linha Dura” e “Sorbonne” (ou “castelistas”), a DSN era o laço que as unia, sendo que as diferenças estavam em como conduzi-la. A primeira, concebendo-a para operar fundamentalmente através da repressão ao inimigo interno, enquanto a segunda, além disso, viam a necessidade de legitimá-la publicamente e viabilizá-la materialmente, através do crescimento econômico com

adornos formalmente democráticos. Em outras palavras, ainda que a repressão fosse necessária, a perspectiva da mal chamada ala moderada entendia que só a repressão não bastava para manter a Ditadura, se preocupando também com o consenso. Sobre o consenso, Jacob Gorender, em “Coerção e consenso na política”, busca explicá-lo a partir de Antônio Gramsci:

É com Gramsci que irão ser estudados os processos consensuais de direção e de dominação. Ele ressaltou a complexidade das funções do Estado. O Estado com sua força legitimada, o Exército, a Polícia, a Administração Pública, os Tribunais etc., órgãos depositários da função de coerção. Esta é uma face. A outra face é a extensão do Estado, que ele chamou de Sociedade Civil, num sentido diferente de Marx. A Sociedade Civil seria o âmbito em que se moveriam as instituições destinadas a obter o consenso das outras classes sociais que formam com a classe dominante aquele bloco histórico, que dá estabilidade à formação social. Aqui entram a Igreja, os Partidos Políticos, os Sindicatos, as Escolas, obviamente a Universidade, a Imprensa (hoje se incluiriam o rádio e a televisão, com sua tremenda força de comunicação), a Alta Cultura, o Senso Comum - a chamada sabedoria popular, com os provérbios, o folclore etc. Este seria o terreno onde se formariam as consciências que aceitariam a ordem vigente. Mas, aceitação, aqui, não significa submissão passiva e resignação ou ilusão de uma ordem ideal. Uma classe subalterna pode aceitar determinada ordem social, mesmo vendo-a injusta. Porém, ao considerá-la eterna, impossível de mudar, adquire a confiança de que poderá melhorar sua posição, conquistar reformas. Nesse sentido, ela dá o seu consenso, sua adesão e apoio à existência dessa ordem social. E a isto que Gramsci chama de hegemonia de uma classe dirigente. Uma classe é hegemônica, é dirigente, na medida em que consegue obter o consenso das classes subalternas, na medida em que supera a visão corporativa, em que não pensa apenas nos seus interesses imediatos e consegue interpretar os interesses das outras classes sob o enfoque do seu domínio, da sua posição de supremacia. Se a classe dominante consegue fazê-lo, obtém o consenso. Se ela se restringir a uma visão corporativa, a interesses imediatos, então perde o consenso (1988, p. 6-7)

Neste sentido, a face da Ditadura ficou visível antes mesmo da “eleição” indireta de Castelo Branco, em 15 de abril de 1964. No imediato pós Golpe, a violência desatada abateu fortemente os avanços políticos dos trabalhadores e dos estudantes. Nesse aspecto, podemos citar o decreto de Flávio Suplicy de Lacerda, o então Ministro da Educação, de fechamento formal da União Nacional dos Estudantes (UNE), o expurgo de militares democratas e legalistas das Forças Armadas, o arrastamento (e quase linchamento) de Gregório Bezerra (deputado federal do PCB, caçado em 1948 e líder camponês) pelas ruas de Recife, a cassação de vários membros do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entre os quais Raphael Martinelli e Clodesmidt Rianni, e não obstante a instauração dos Inquéritos Policiais-Militar (IPMs) e do Serviço Nacional de Informações (SNI) (NETTO, 2014).

Os IPMs tinham a função de apurar os “crimes de subversão” que aconteceram antes mesmo de abril de 1964. Através deles foram processados 1100 crimes

somente entre maio e novembro, sendo os principais afetados sindicalistas, políticos, editores, artistas, professores, estudantes, servidores públicos, religiosos e militares democráticos. Já o SNI era a estrutura indispensável à DSN e que centralizava um moderno e imenso complexo de espionagem, respondendo apenas diretamente ao Ditador da República e chegando a contar com mais de 6000 agentes. O SNI também cooperava ativamente com os serviços de inteligência Estadunidense e Israelense (CIA e MOSSAD) e operava no Brasil e no Exterior (NETTO, 2014).

No entanto, é no plano da economia que a Ditadura mais revelou seu caráter de classe, principalmente através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Elaborado pelo ministro da fazenda, Octavio Gouveia de Bulhões, e pelo ministro do planejamento, Roberto Campos. Ainda no período de Castelo Branco, “buscava equacionar a crise econômica (agudizada em 1963) em benefício do bloco de forças vitorioso no 1º de abril” (NETTO, 2014), lançando as bases macroeconômicas da Ditadura.

O foco do PAEG visava a estabilizar a economia através do controle da inflação que vinha sendo identificada como suas causas o déficit público, a expansão descontrolada do crédito às empresas e os aumentos salariais acima dos ganhos de produtividade. Segundo José Paulo Netto (2014), o aspecto do PAEG que mais passou a ser combatido, durante a Ditadura, pelo sindicalismo, era o chamado arrocho salarial, que se arrogou a fixação salarial tanto dos aumentos salariais, quanto da data que eles seriam concedidos. Na prática, apesar do grande crescimento econômico, a carestia vira marca registrada dos governos militares. De acordo com Costa:

Além disso, ao permitir que os empresários deixassem de reajustar os salários se suas empresas estivessem deficitárias estava na prática abrindo possibilidades para que estes violassem a própria lei do arrocho e sequer reajustassem os salários (1996; p. 159).

Em meados de 1965, a Ditadura já não disfarçava muito seu caráter ditatorial e enterrava de vez as aspirações de políticos que apostavam nas eleições diretas para presidência da república. Em julho, Castelo Branco prorrogou seu mandato até 1967 e inviabilizou, através da Lei da Inelegibilidade, candidaturas de oposição que poderiam ser vitoriosas nas eleições para os governos dos estados e que aconteceriam em outubro. Mesmo assim, e apesar da situação vencer na maioria deles, alguns importantes estados venceram candidatos de oposição: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. O descontentamento da opinião pública

fez a chamada linha dura reagir, pressionando a publicação do Ato Institucional Nº 2 (AI-2) em 1965, que pôs fim às eleições diretas para Presidência da República. Além disso, o AI-2 transferiu questões orçamentárias e o poder do decreto de Estado de Sítio para o Executivo, reduziu a exigência de votos para emendas constitucionais, extinguiu os partidos políticos e deu ao presidente o poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos. Estavam dadas as condições para a criação do MDB e da Aliança Nacional Renovadora (ARENA).

No entanto, isso não impediu a constituição da Frente Ampla, organizada em 1967. A Frente Ampla surgiu de uma iniciativa de Carlos Lacerda, que teve suas pretensões eleitorais abortadas com o AI-2, de reconciliar-se, em 1966, com Juscelino Kubitschek, também fora cassado pelo Golpe, apesar de tê-lo apoiado. No ano seguinte, em Montevidéu, junto com João Goulart, foi lançada a declaração da Frente Ampla pela restauração democrática. O PCB, com sua política de unidade democrática, se solidarizou com a Frente, mas a resposta do Governo foi a proibição de todas as suas atividades (NETTO, 2014).

2.2 A PRIMEIRA EXPLOSÃO CONTESTATÓRIA E A RESPOSTA DA DITADURA

O ano de 1968 é emblemático não apenas no Brasil, mas no mundo todo, por ser marcado por uma explosão contestatória, em especial nos países centrais, de tendências artísticas, mudanças culturais, posturas filosóficas, lutas sociais e posições políticas heterogêneas, com protagonismo inicial da juventude universitária.⁴

Evidentemente, no Brasil, se a situação da oposição tolerada já era difícil, muito mais complicado estava a oposição que não era tolerada de forma alguma pela Ditadura. Entre 1964 e 1968, o maior partido político com influência orgânica entre as camadas populares, em especial na classe operária, era o PCB, o qual, com um desfecho trágico foi um dos protagonistas do Movimento Sindical na Abertura Política. É necessário, portanto, algumas linhas sobre sua situação durante a Ditadura.

Até o início dos anos 1960, o PCB quase monopolizava o campo da esquerda⁵ no Brasil. Ainda que desde os anos 1920 houvessem organizações “concorrentes”, as

⁴ Para ver mais sobre o terreno da cultura no mundo e no Brasil ver *Pequena História da Ditadura Militar (1964-1985)* (NETTO, 2014, p. 111- 121).

⁵ Consideramos como partido de esquerda aqueles que reivindicavam a luta de classes e tomam parte, por isso “partido”, pelos trabalhadores. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apesar da influência ser

tendências anarquistas e trotskistas nunca chegaram a abalar o peso político do PCB nesta época. No entanto, o Partido entrou nos anos 1960 com problemas que só irão se agravar ao longo da Ditadura. O PCB foi marcado por sucessivos rachas internos e ainda que tenha chegado nos anos 1980 sendo a maior minoria no Movimento Operário, não experimentara mais o prestígio e a força que outrora conquistara. Dois fatores são importantes para explicar essas contradições: o cisma sino-soviético e a via da luta armada na resistência à Ditadura. O primeiro expressou a faceta nacional do primeiro grande cisma que o Movimento Comunista Internacional (MCI) enfrentou com o desdobramento da crise, a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, denunciando os supostos crimes cometidos pelo stalinismo.

Esta crise se desdobrou no cisma sino-soviético e encontrou no Brasil seu auge em 1962, quando o PCdoB surge argumentando ser uma reorganização do PCB, após grande luta interna no interior da direção do Partido. A divergência fundamental entre os partidos comunistas estava na concepção tática do PCB, o qual tinha como centralidade a via pacífica de massas rumo a Revolução Brasileira, que por sua vez teria inicialmente uma etapa Democrática e Nacional, na qual a luta pela legalidade assumia um papel de destaque. Além disso, o PCB se alinhava internacionalmente à União Soviética. Esta concepção será reafirmada no VI congresso, clandestino, ocorrido em 1967, com o acréscimo da aliança com todas as forças democráticas - adesão à Frente Ampla. Já o PCdoB irá chegar aos anos 1970 com uma linha política maoísta, empreitando em 1972 a chamada Guerrilha do Araguaia, a partir da chamada Guerra Popular. As divergências entre os partidos eram fundamentalmente táticas e não estratégicas, o que levava ambos a se reaproximarem no contexto da transição democrática (PRESTES, 2015).

No entanto, outras duas importantes divisões tiveram como detonadores características essencialmente nacionais. Nos referimos aquelas que recusaram, a partir do VI Congresso, o enfrentamento de massas à Ditadura em detrimento da luta armada urbana, ou seja, aquelas organizações que se diferenciavam em relação ao “Partidão” por questões conjunturais, mantendo as bases da Estratégia Democrática-Nacional. As primeiras forças que surgiram desse movimento foram a Ação Libertadora Nacional (ALN), sob a forte liderança de Carlos Marighella, e o Partido

maior do que a dos comunistas do PCB e do PCdoB e ter uma linha política à esquerda dos setores reacionários, não se enquadra nessa perspectiva devido seu caráter policlassista.

Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), sob liderança de Mário Alves e Jacob Gorender (PRESTES, 2015).

Ainda que estes tenham sido os principais rachas oriundos do PCB, também surgiram outras organizações sem vínculos pregressos. Alguns exemplos neste sentido podem ser a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), a Ação Popular (AP) e o MR-8 (este com alguns militantes egressos do PCB em sua fundação) (GORENDER, 1987).

Voltemos ao 1968 brasileiro. Mesmo que postas na ilegalidade, as principais formas de contestação, à Ditadura Empresarial-Militar não conseguiram abafar a explosão popular contestatória que marcou o épico e trágico ano no Brasil. Em 28 de março de 1968, aconteceu no Rio de Janeiro uma manifestação pacífica de estudantes, duramente reprimida pela Polícia Militar a tiros, quando foi morto Edson Luís, um estudante sem militância política. Sobre o Movimento Estudantil, no início da Ditadura, destacam Heloisa Murgel Starling e Lilia Schwarcz:

Nos primeiros anos de ditadura, o alvo prioritário foram as forças de esquerda que tinham conduzido as lutas sociais do governo Goulart. Mas, a partir de 1966, os estudantes retomaram as manifestações de rua que desaguarão nas grandes passeatas de protesto de 1967 e 1968 e transformaram-se em foco de oposição direta ao governo dos militares (2015, p. 631).

Seguem as autoras:

Nunca foi tão perigoso ser estudante no Brasil. Em 1968, a notícia da morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, assassinado pela polícia com um tiro numa manifestação de protesto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, percorreu o país, sensibilizou a população e marcou o momento em que a mobilização estudantil se transmudou em movimento social de massa. Mais de seiscentas pessoas compareceram à missa de sétimo dia, celebrada, no Rio, pelo vigário da cidade, d. José de Castro Pinto (*idem*, p. 631).

O crime chocou a opinião pública e marcou uma série de eventos contestatórios, fazendo com que começasse a deslocar-se até mesmo a Igreja Católica para o bloco de oposição à ditadura. Em 22 de junho, outra manifestação estudantil foi respondida com um massacre de 28 pessoas, conhecido como “sexta-feira sangrenta”. Na sequência, como reação ao massacre, aconteceu a chamada Passeata dos Cem Mil, sob liderança dos estudantes e com forte presença do campo da cultura, sob a palavra de ordem “Abaixo a Ditadura!” (NETTO, 2014).

Cabe destacar que, além da explosão crescente de passeatas que contestavam a ditadura e lideradas pelos estudantes e artistas, o Movimento Sindical também

estava em ascensão, marcando o ano de 1968. Passemos a nos aprofundar neste aspecto a partir de agora. O homem da chamada “linha dura”, Costa e Silva, tomou posse em 1967 e governou o País até 1969. Contudo, mesmo com o AI-2 e uma nova Constituição, deixada por Castelo Branco, estava claro que o governo necessitava fazer algo no sentido de aumentar sua legitimidade. Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho, passou, então, a promover uma renovação sindical a fim de trazer para si o já cambaleante e reprimido Movimento Sindical. Utilizou-se da velha legislação sindical-corporativa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), advinda do Estado Novo, para perseguir tendências consideradas subversivas. Segundo Netto,

a estratégia governamental foi exitosa: em dois anos (1967-1968), surgiram 854 novos sindicatos de trabalhadores urbanos e 464 de trabalhadores rurais; mas, ao estimular a participação dos trabalhadores, mesmo no interior da estrutura oficial, ela ofereceu espaços para que militantes classistas promovessem debates e criassem “comissões de oposição sindical”, reanimando efetivamente as lutas dos trabalhadores por seus interesses imediatos (2014, p. 109).

Nota-se que trazer para si o Movimento Sindical não significava uma disputa política no interior dos sindicatos, contra às forças mais combativas, mas reformar a estrutura sindical e trabalhista do Brasil, a fim de levar a cabo a sustentação da Ditadura. Os candidatos às diretorias dos sindicatos passaram a ser sujeitos a avaliação pelo Ministério do Trabalho e os recursos dos institutos de previdência, centralizados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), foram restringidos enquanto seus usos e acessos. A Ditadura também buscou “regulamentar” a greve, mas o que se deu na prática foi a proibição deste direito. Desde o início da Ditadura, buscou-se consolidar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como forma de acabar com a estabilidade do emprego e promover alta rotatividade. Outro polo que marcará os embates do Movimento Sindical foi a própria política macroeconômica do arrocho salarial, chegando a regulamentar que caso os tribunais concedessem qualquer aumento salarial superior ao definido na lei, a porcentagem que superasse essa definição seria subtraída do fator de inflação para o acordo salarial seguinte (SANTANA, 2008).

A principal mudança que Ditadura Empresarial-Militar tentou realizar neste espaço foi converter o sindicato de um espaço político em um espaço de controle, com a ideia de fortalecer o sistema corporativo para um papel na construção da Nação e da coesão social. Por isso, a ditadura buscou fortalecer e expandir os sindicatos e

atrair filiados, transformando-os, na prática, em um promotor de assistencialismo para as próprias categorias profissionais.

Com a possibilidade bastante reduzida de chapas independentes serem eleitas e a tentativa aberta de cooptação de lideranças. Através de iniciativas como a da Confederação Internacional de Operários e Sindicatos Livres (CIOSL), uma parte significativa da esquerda foi desestimulada em fazer a disputa do Movimento Sindical e de massas e jogadas na defesa da luta armada. Como vimos, não foi o caso dos comunistas do PCB e de alguns outros agrupamentos menores, que tinham ainda no espaço sindical uma de suas frentes prioritárias de atuação, não saindo, portanto, dos sindicatos e promovendo uma verdadeira disputa subterrânea em seu interior. (SANTANA, 2008)

Após quatro anos de refluxo no Movimento Operário Brasileiro, a chegada do ano de 1968 teve momentos marcantes. Estamos falando do primeiro ano do “milagre econômico”, com a classe operária sofrendo os efeitos do arrocho salarial e tentando organizar tímidas iniciativas para combatê-lo, como as diversas organizações intersindicais antiarrocho, sendo as principais a Frente Intersindical Antiarrocho, no Rio de Janeiro, o Comitê Intersindical Antiarrocho, em Minas Gerais, e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo. Com o encontro intersindical proibido, essas iniciativas se organizaram a partir dos encontros nacionais e regionais de dirigentes sindicais, com forte oposição do sindicalismo oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNIT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC). Neste período, duas greves foram marcos decisivos: Contagem e Osasco.

Após uma série de demissões e falências de empresas, os operários da siderúrgica Belgo-Mineira, situada em Contagem (MG), entraram em greve reivindicando ajuste salarial acima dos 17% proposto pelo governo, segundo a política do arrocho salarial e combate à inflação. Cabe destacar que a diretoria do Sindicato havia passado por uma intervenção que cassou a chapa eleita, com vínculos clandestinos com a Ação Popular (AP) e a Corrente Revolucionária e do Comando de Libertação Nacional (COLINA), mas que mesmo cassada, a oposição manteve um trabalho ilegal através das chamadas comissões de cinco, que surgiram após o dissídio de 1967. Segundo Santana,

a proposta das comissões espalhou-se por várias fábricas, entre elas a Belgo-Mineira, onde a greve foi deflagrada. Nos primeiros dois dias, os operários

ocuparam a empresa. Ainda que preparados para resistir à intervenção militar, diante da possibilidade da mesma, eles retiraram-se da fábrica. Com três dias começam as adesões tais como a dos trabalhadores da Mannesmann, da Belgo-Mineira de João Monlevade e da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), com isso o movimento inicial de 1 200 operários já contava com mais de 15 mil trabalhadores (2008, p. 289).

O desfecho da greve, apesar do pesado clima de repressão e da pressão patronal, foi uma proposta de conciliação do ministro, Jarbas Passarinho, de abono salarial de 10%, o que fez refluir o movimento. Contudo, se este refluiu, outros já se preparavam para acontecer, como foi o caso das movimentações de Osasco, articulado a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, o qual, em 1967, tinha tido a chapa de oposição eleita contra a chapa oficial, sendo o presidente José Ibrahim, com sustentação de dois blocos: o chamado Grupo de Osasco e a Frente Nacional do Trabalho (FNT), ligada à Ação Católica. Diferente de Contagem, o trabalho de base no interior do Sindicato tinha raízes bem mais profundas, remontando em 1962 a disputas entre comunistas e operários da Ação Católica Operária (ACO).

Em resumo, o grupo ligado à FNT passou a organizar um trabalho de base, em oposição ao PCB, que dirigia o sindicato antes do Golpe de 1964, a partir da empresa BRASEIXOS, movimento que logo se espalhou para outras empresas importantes, como a COBRASMA. Este grupo, organizou uma comissão semilegal de trabalhadores que tentara o reconhecimento da empresa, o que só irá conseguir após o Golpe, quando membros do grupo clandestino foram eleitos, mas mantiveram seu trabalho secreto também. Este contexto, é melhor explicado por Santana:

A perspectiva era ocupar fábricas de forma sucessiva, estendendo para toda Osasco, e depois para São Paulo. A visão dos planejadores era de que a repressão ao movimento demoraria um pouco, levando-se em conta as ações do governador Abreu Sodré com relação aos movimentos dos estudantes e a posição assumida pelo governo quando da greve de Contagem. Não foi o que aconteceu. Diante do crescimento das manifestações populares e do recuo que significou sua aceitação, ainda que relativa, das condições em Contagem, a ditadura reage rápido conjugando negociação e repressão. Apesar do clima de entusiasmo reinante, ao fim do primeiro dia uma forte repressão abateu-se sobre a cidade. Fábricas cercadas, prisões e tensão imperaram em Osasco. Na Cobrasma, foco maior de tensão, apesar dos apelos operários para que os soldados não invadissem a empresa, os militares o fizeram no final da noite daquele mesmo dia (*idem*, p. 15).

O desfecho da explosão contestatória foi o decreto do AI-5, que serviu como uma pá de cal nas perspectivas mais otimistas. Segue José Paulo Netto:

Com o AI-5, pareceu que o arbítrio tornava-se absoluto: o poder do Executivo central não conheceu limites — realizou-se o Estado de Segurança Nacional. Não havia instância de recurso contra medidas previstas pelo AI-5, a Justiça Militar reinava sem restrições, a censura à imprensa tornou-se draconiana, a suspensão do habeas corpus abriu o caminho para longos períodos de tortura para os presos. O Estado tornava a violência o seu instrumento sistemático e prioritário de manutenção — e, a partir de então, a tortura não conheceria nem mesmo fronteiras de classe (2014, p. 120).

Aqui, podemos retomar a reflexão de Jacob Gorender (1988), sobre coerção e consenso, articulando com a observação de José Paulo Netto (2014), sobre a diferenciação entre as duas alas da Ditadura – Linha dura e Sourbonne. No entanto, as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2015, p. 624) também chamam atenção para o AI-5 como expressão dos esforços dos militares para “enquadrar seus atos num arcabouço jurídico e construir um tipo de legalidade plantada no arbítrio — uma legalidade de exceção”.

2.3 BREVE COMENTÁRIO SOBRE A SEGUNDA EXPLOSÃO CONTESTATÓRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Com o estabelecimento do AI-5, a luta sindical ocorria em um terreno minado, mas continuava sua atuação. Podemos observar a continuidade da luta sindical pela intervenção da Ditadura nas confederações, após encontros nacionais de metalúrgicos, como o encontro da CNTI, em 1970, e da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC), este último sofrendo intervenção em 1972, após sucessivos vetos em nominatas. Diante deste contexto, cabem breves palavras antes de introduzir o PCB na trama conjuntural que se inicia com essa nova onda de contestação, a fim de identificarmos qual o terreno concreto que se desdobrou seus embates.

Para Marco Aurélio Santana (2008), é só com o esgotamento do “milagre econômico”, motivado pela alta internacional do petróleo e as sucessivas derrotas eleitorais da Ditadura que, após cerca de dez anos, surgiram condições objetivas para nova ofensiva do Movimento Operário. O retorno das ondas de greves tem como marco a revelação, pelo Banco Mundial, de que os militares brasileiros haviam maquiado os índices reais de inflação, medida que, somada com o arrocho salarial, penalizava os trabalhadores em 34,1%. Em um primeiro momento, iremos brevemente passar pela nova onda grevista, para, na sequência, comentar sobre os agentes políticos e as contradições entre os campos do sindicalismo brasileiro.

É neste contexto que ganhou repercussão internacional Luiz Inácio da Silva, o Lula, ao estar na frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, trazido para o movimento por seu irmão, Frei Chico, militante do PCB. Já como presidente do sindicato desde 1975, dirigiu a campanha pela reposição salarial em 1978, ganhando prestígio nacional, sobretudo entre o operariado paulista. Em 12 de maio de 1978, conforme nos indica Santana (2008), os trabalhadores da Saab-Scania entraram em greve, mas apesar da empresa não cumprir com o acordo, as mobilizações já se alastravam por todo ABC paulista, em especial na Ford (15 de maio) e na Volkswagen (16 de maio).

Se em 1978 as movimentações grevistas se concentravam em São Paulo, estado mais industrializado do País, é em 1979 que tomaram dimensões nacionais, alastrando-se para importantes unidades da Federação, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De novidade nessa campanha salarial temos as reivindicações da garantia de emprego e da implantação de delegados sindicais no interior das empresas, como alerta Santana (2008). Em 15 de março, já havia 170 mil trabalhadores paralisados, só no ABC Paulista. O movimento recusou a proposta conciliatória do Ministério do Trabalho e teve como resposta o decreto de ilegalidade da greve, no entanto, no Dia Internacional dos Trabalhadores, em 1º de Maio do mesmo ano, 130 mil trabalhadores retornaram a greve, enquanto só no dia 12 foi celebrado um acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), referendado no dia seguinte.

Ao contrário das primeiras movimentações de Osasco e Contagem, comentadas anteriormente, as quais chamamos de primeira explosão contestatória, a onda grevista da transição da década de 1970 para década de 1980 não experimenta um rápido refluxo. Em 1º de abril de 1980, só em São Bernardo, um novo movimento grevista já tinha adesão de 90% da categoria, conforme Santana (2008), sendo que, só em 17 do mesmo mês, os líderes grevistas foram presos, em uma tentativa frustrada de frear o movimento. Frustrada, porque ainda que com sinais de desgaste, o sindicalismo classista estava bem mais estruturado que nos anos anteriores e contava com uma rede de apoio nacional que adicionava na pauta da greve a libertação dos presos políticos, a Anistia e a volta dos exilados, sendo possível mais uma grande assembleia no Estádio de Vila Euclides, contando com a presença de mais de 100 mil trabalhadores. Ao todo, o movimento grevista durou quarenta e um

dias. Ao final, um recurso apresentado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) conseguiu a flexibilização da prisão preventiva.

Apesar da derrota formal dos trabalhadores, a greve de 1980 e a segunda explosão contestatória podem ser consideradas marcos na História do proletariado urbano brasileiro por suas tramas criar condições para o avanço da consciência de classe rumo à superação do economicismo pela luta política. Expressão disso seria a batalha por uma central única dos trabalhadores e a própria criação do PT, como veremos nos capítulos seguintes. Antes, estudaremos o desenvolvimento tático-político do PCB na trama que antecedeu a Ditadura e como ele assimilou o Golpe.

3 O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Notadamente, a partir da análise do desenvolvimento dos acontecimentos históricos na transição democrática, a tática adotada pelo PCB, neste processo, acabaria por isolá-lo sindicalmente dos grupos mais combativos do Movimento Operário. Diante da fundação e consolidação da CUT, o Partido se manteve fiel ao campo da US e da Frente Ampla e Democrática, entendendo a postura petista como divisionista e a combatividade do “Novo Sindicalismo” como um empecilho na transição para democracia – no contexto em que o PT iria se consolidando, a partir do chamado Bloco Combativo. Na prática, entendeu-se que não seria o momento de garantir a independência de classe na busca pela hegemonia do proletariado, no processo político mais geral. Por outro lado, o PT surgiu e consolidou-se chamando para si o caráter ontológico de partido operário e dialogará mais com os interesses imediatos da classe trabalhadora, reforçando a ideia de que os comunistas não cumpririam este papel e ampliando suas alianças com outros setores do Movimento Operário, para além da estrutura sindical.

Para compreendermos melhor as razões pelas quais o PCB insistiu nesta tática, devemos retomar a História do Partido, mais especificamente os debates teóricos que resultaram em ações concretas. Assim, buscaremos nos aprofundar na atuação do PCB durante a redemocratização e entender melhor a reação que o Partido teve em relação ao PT. Após esse processo, iremos buscar compreender os aspectos teóricos presentes no “Novo Sindicalismo” e como se chocaram com a leitura comunista da Formação Social Brasileira. Para isso, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (SANTANA, 2001) nos fornece importante relato da atuação sindical do PCB durante a Ditadura, mas também utilizaremos como referência outras obras, como *Sinfonia inacabada: a política comunista no Brasil* (MAZZEO, 1999). Nela, o cientista político Antônio Carlos Mazzeo debate a História do PCB, dando maior destaque para a teoria da revolução por etapas. Por outro lado, a historiadora Anita Leocádia Prestes fornece importantes contribuições teóricas em *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* (PRESTES, 2015) e no ensaio “Duas táticas e uma mesma estratégia: do ‘Manifesto de Agosto de 1950’ à ‘Declaração de Março de 1958’” (PRESTES, 2017).

3.1 O PCB E A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA NACIONAL

A tradição teórica e política marxista, fundada por Karl Marx e Friedrich Engels, compreende que o desenvolvimento do capitalismo produziu o coveiro de toda sociedade de classes: o proletariado. Se, nas revoluções burguesas contra o domínio aristocrático da nobreza, a burguesia foi alçada à classe dominante, caberia ao proletariado missão semelhante, visto que ao tomar o poder político e acabar com a propriedade privada dos meios de produção, não eliminaria apenas a burguesia como classe, mas também a si próprio dando lugar para a emancipação humana, com o fim das classes sociais. Esta leitura está colocada no *Manifesto do Partido Comunista*, onde os autores buscaram sintetizar, para operários de sua época, sua teoria social:

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe.

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 2005, p. 58-59).

No lugar da velha sociedade burguesa, com as suas classes e antagonismos, entraria uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. No entanto, uma leitura atenta do *Manifesto*, como a de Konrad (2016), chama atenção para a contradição entre os interesses imediatos do proletariado e seu papel histórico revolucionário a partir da relação dialética entre classe em si e para si. A formação da identidade revolucionária do proletariado não nasce com ele, a partir do surgimento do capitalismo, haja vista que depende da superação da sua fragmentação em interesses imediatos, o que, por sua vez, acontece na luta de classes, ou seja, no movimento de choque entre as duas classes antagônicas. Afirma o autor:

[...] surge latente a concepção contraditória de que a “situação imediata” e a “necessidade material”, a classe em si, seriam as condições iniciais” para a derrota da sociedade burguesa, através da consciência e da luta coletiva do sujeito da exploração, mais precisamente o proletariado, quando este se torna historicamente classe para si. [...] Assim, a consciência coletiva da

classe, no processo de luta histórica de classes do proletariado, construída também pelas lutas econômicas (por melhores salários, condições de vida, greves, etc.) e sindicais, e por direitos políticos, terá no Partido o sujeito coletivo de sua organização e de sua formação em classe (2016, p. 7)

Em outras palavras, para Marx e Engels, a formação da classe operária é um movimento histórico em curso e dialético. O proletariado já existe enquanto classe em si, mas se forma classe para si a partir do acúmulo da experiência na luta de classes. Ao contrário de visões reducionistas sobre o pensamento marxiano, que afirmam que enquanto Marx e Engels se limitaram à economia e não propuseram a organização da revolução, nota-se, pela citação acima, que já nos fundadores do socialismo científico esteve colocado o papel do Partido Comunista: o desenvolvimento do Partido Comunista é o desenvolvimento do proletariado enquanto classe.

Se essa concepção é proposta por Marx e Engels, Lênin aprofunda-a, ao discuti-la no contexto da Rússia Czarista e da crise do marxismo no seio do Movimento Operário, onde a organização do proletariado ganha centralidade. A partir disto, vai se fundamentando as bases do Partido Comunista de tipo leninista de vanguarda. No contexto da Primeira Guerra Mundial, o Movimento Operário de tendência marxista se organizava em torno dos amplos e heterogêneos partidos operários. Estes, por sua vez, eram signatários da II Internacional. Estes partidos gozavam de grande influência política no movimento de massas europeu, chegando a conquistar importantes bancadas de parlamentares, principalmente na Alemanha. A opção pela união nacional em torno de suas burguesias nacionais na Guerra, foi vista por lideranças marxistas, como Lênin, Rosa Luxemburgo e Antônio Gramsci como traição, aqui se assentando as bases para a criação da III Internacional, também conhecida como Internacional Comunista (IC). Este contexto é sintetizado por Edgard Carone:

A II. Internacional vive seu período áureo entre 1889 e 1914, isto é, no momento mais dinâmico do sistema capitalista, a fase do imperialismo. O movimento operário se beneficia das novas condições materiais da sociedade e vê crescer, na Alemanha e na França, organizações proletárias de massa. No entanto, devido ao seu caráter descentralizador, no qual domina a forma federativa, os partidos que a compõe tomam, inúmeras vezes, posições próprias, o que provoca conflito entre os seus membros. Afinal, a declaração de guerra da Inglaterra e França contra a Alemanha e Áustria, em agosto de 1914, leva-a a sofrer grave crise, resultando na cisão entre os que apóiam e os que não apóiam a sua respectiva burguesia no seu esforço de guerra. Nos anos posteriores, a II. Internacional sobrevive com o apoio dos partidos revisionistas e o consentimento dos governos da classe dominante (2008, p. 130-131).

É com a IC que se mundializou, para além da Europa, o marxismo, propondo-se, como condição para filiação, a forma organizativa leninista de Partido Comunista, rompendo com os partidos sociais democratas. O apoio à guerra inter imperialista pelo proletariado europeu teria sido produto do revisionismo de princípios básicos do marxismo, em especial do abandono do reconhecimento do carácter de classe do Estado. Além disso, se denunciava as consequências nocivas, ao não assimilarem o desenvolvimento capitalista ulterior aos fundadores da tradição: a teoria do imperialismo (LANDI, 2023). Joseph Stálin sintetiza o marxismo-leninismo em *Fundamentos do leninismo*, no qual irá defini-lo como:

o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária, ou mais exatamente: o leninismo é a teoria e a tática da revolução proletária em geral e a teoria e a tática da ditadura do proletariado em particular (1924, p. 1).

É neste contexto que a ideia marxista, já sob a ótica do leninismo, irá criar raízes mais profundas no Brasil. O desenvolvimento da Internacional Comunista, em especial a partir de seu V Congresso, realizado em 1924, após a morte de Lenin, e aprofundadas no VI Congresso de 1928, promoveu compreensões reducionistas sobre a formação social em países de tipo colonial e semicolonial, identificando o Brasil nesta última classificação (MAZZEO, 1999) (PRESTES, 2015). Para Anita Leocádia Prestes,

o objetivo de tal revolução seria eliminar a dominação imperialista e a presença do feudalismo no campo, abrindo caminho para um suposto desenvolvimento capitalista autônomo do país, condição considerada necessária para que, sob a hegemonia do proletariado, se tornasse possível a vitória da etapa socialista do processo revolucionário. Era a visão etapista da revolução, aceita e amplamente difundida, durante décadas, entre os partidos comunistas dos países “coloniais e semicoloniais”, de acordo com as teses aprovadas no VI Congresso da IC, realizado em 1928 (2015. p. 118).

Se o IV Congresso da Internacional Comunista recomendava aos comunistas a terem cautela em relação à chamada burguesia nacional, no V Congresso foi enfatizada essa colaboração, a partir da sua definição como progressista. O VI Congresso, por sua vez, institucionalizou a teoria da revolução por etapas, dividindo os países capitalistas em três blocos, com os quais a IC irá estabelecer diferentes estratégias políticas por meio de modelos de desenvolvimento histórico: países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e coloniais e semicoloniais. Nos países latino-americanos, entendidos como semicolônias, haveriam resquícios feudais no desenvolvimento capitalista como legado da colonização (MAZZEO, 2003).

Em um primeiro momento, para um historiador, seja simpático a teoria do Antigo Sistema Colonial (ASC) ou do novo paradigma do Antigo Regime nos Trópicos (ART), deve estranhar essa leitura sobre origens feudais do capitalismo brasileiro. No entanto, o desenvolvimento da historiografia brasileira não é linear e, com o passar dos anos, novos paradigmas vão se estabelecendo. Como aponta Mazzeo (2003), é importante destacar que essa perspectiva é bem recebida pela intelectualidade no Brasil, em função existência prévia de uma historiografia que apontava para relações feudais na Formação Social do Brasil, citando exemplos heterogêneos como Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Nestor Duarte e Gilberto Freire. De acordo com Mazzeo,

o fato é que as teses do Komintern, principalmente as resultantes do VI Congresso de 1928, onde está enfatizada a existência de "relações feudais" no continente latino-americano, serão bem recebidas pelo conjunto da intelectualidade de esquerda da América Latina, porque a própria tradição da historiografia ibero-americana relevava estruturas feudais na América Latina colonial (2003, p. 154).

Sendo assim, na primeira grande tentativa do marxismo brasileiro em interpretar o Brasil, já se percebe a influência do pensamento etapista do processo revolucionário. Otávio Brandão, em seu clássico *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, escrito em 1924 e apresentado ao II Congresso do PCB, em 1926, irá marcar a primeira formulação estratégica do PCB que conduziu o Partido a buscar a formação do Bloco Operário Camponês (BOC), a fim de disputar as eleições de 1928, quando o PCB, através do BOC, elegeu dois vereadores no Rio de Janeiro, o operário Minervino de Oliveira e o próprio Otávio Brandão. Nele, Brandão tentou adaptar as teses da Internacional Comunista para a realidade brasileira e propôs a aliança do proletariado com a pequena-burguesia para a realização da etapa da revolução democrático-pequeno-burguesa (MAZZEO, 1999). A identificação do caráter pequeno-burguês da revolução, pode ser lida como um esforço de assimilar as particularidades da nossa formação social, compreendendo o tenentismo como um movimento nestas características e com mais possibilidades de adesão à um projeto revolucionário do que propriamente a suposta burguesia nacional da Primeira República. No entanto, mesmo com este esforço, a obra manteve as características essenciais do pensamento dualista, disseminado pela IC, ao apontar os latifundiários como antagonistas ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

Seja por pressão da Internacional Comunista, seja por debates internos, ao longo do século XX, o PCB irá modificar elementos importantes de sua estratégia política. No entanto, como chama atenção Anita Prestes (2017), essas mudanças se limitaram a aspectos táticos, às vezes mais combativos e insurrecionais, às vezes reformistas com ênfase eleitoral, mas o caráter etapista não chegava a ser revisado. Ocorreu que, desde os primórdios da formação do Partido, foi realizada, para a autora, uma assimilação dogmática e mecânica da leitura leniniana do processo revolucionário na Rússia Czarista, apontando o caráter democrático-burguês da revolução, em função do atraso do desenvolvimento capitalista no País e ainda tendo como perspectiva a revolução na Europa. Caberia aos comunistas atuantes em países de formação social colonial e semicoloniais primeiro uma etapa agrária e anti-imperialista, interpretação do Brasil que foi chamada de Teoria Consagrada. Entre os intelectuais brasileiros que mais fundamentaram essa compreensão estratégica chama atenção o General do Exército e historiador Nelson Werneck Sodré, o qual irá elaborar sua teoria a partir de diálogo com outros pensadores brasileiros, principalmente aqueles vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). De acordo com Netto,

[...] serão também importantes para a elaboração de Sodré: Alberto Passos Guimarães, estudioso da questão agrária que logo daria à luz o polêmico *Quatro séculos de latifúndio* (1963), e Celso Furtado que, então, publicava o seu clássico *Formação econômica do Brasil* (1959). Em nosso entendimento, os textos fundacionais daquela teoria do Brasil estão, primeiro, na *Introdução à revolução brasileira* (1958) e, clara e limpidamente, em *Formação histórica do Brasil* (1962) (2011, p. 53).

Conforme demonstram os estudos de José Paulo Netto (2011), em *Introdução à revolução brasileira* (1958), Sodré buscou compreender a revolução brasileira a partir das diferenças de alguns processos históricos locais, como a Independência, a República e a Revolução de 1930, em relação à via clássica da revolução burguesa. Para Sodré, a especificidade brasileira estava em seu baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, resultando em um pequeno mercado interno e na exploração imperialista. Sodré deixava claro a defesa do etapismo no processo revolucionário, a partir, primeiro, de uma revolução nacional e democrática, visto que o socialismo não estava na ordem do dia.

Se a leitura do autor pode ser entendida como simplista e mecânica para os críticos, diante do avanço da historiografia brasileira, cabe destacar que Sodré esteve longe do dogmatismo, sendo que, muitos de seus críticos, acabaram por vulgarizar

sua obra, ao fazer uma leitura anacrônica. É importante dizer que Sodré foi pioneiro na divulgação do pensamento do filósofo húngaro György Lukács, possuindo uma compreensão da questão racial mais aguçada do que seu principal antagonista no marxismo brasileiro: Caio Prado Júnior. Como aponta o historiador Jones Manoel da Silva, sobre a questão racial no pensamento de Sodré:

Sodré chama a atenção para um ponto fundamental: “é impossível esquecer que os cruzamentos entre brancos e negros [...] processam-se entre brancos de uma classe, a classe dominante, e negros de outra classe, a classe dominada”, e destaca que esses “cruzamentos” não alteram a divisão racial-classista do país, pois “o negro permaneceu, em conjunto, na classe que fornece o trabalho” (SODRÉ, 1967 [1958], p. 149). Sodré também lembra que a miscigenação não provocou, frente ao branco, nenhum processo de humanização do negro, pois “jamais acudiria ao espírito de um branco colocar os seus descendentes brancos no mesmo nível dos seus descendentes mulatos”; e conclui com firmeza: “afirmar, pois, que a miscigenação suavizou as relações de raça e classe no Brasil é falsidade transparente, sem nenhuma significação objetiva” (SODRÉ, 1967 [1958], p. 150). (2023, p. 1)

Além disso, cabe pontuar que, na teoria desenvolvida pelo General, a presença de relações feudais no Brasil não era vista como transposição mecânica do período pré-capitalista na Europa. Em *Formação Histórica do Brasil* (1962), Sodré identificou, como particularidade, a coexistência de diferentes modos de produção na História da formação do capitalismo brasileiro, coincidindo os interesses dos latifundiários e do imperialismo, na manutenção de formas pré-capitalistas de produção (NETTO, 2011). Isto, ao nosso ver, o distancia dos intérpretes que buscaram definir o modo de produção do Brasil Colônia de forma estática e absoluta, compreendendo assim o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil como produto de um passado colonial e escravagista, mas também heterogêneo.

Nelson Werneck Sodré, junto com outros pensadores de variadas vertentes teóricas, através do ISEB, contribui para a consolidação da compreensão nacional-desenvolvimentista no seio da esquerda. Conforme define o historiador Edson Rezende de Souza, “os isebianos, viam a implantação do capitalismo como a afirmação da industrialização. Para eles, o principal adversário do desenvolvimento brasileiro seria o latifúndio agrário-exportador” (2010, p. 154).

Como vimos, o interregno democrático, que antecedeu a Ditadura Empresarial-Militar, expressou o choque entre essa tendência de pensamento com setores mais alinhados com imperialismo estadunidense, constantemente chamados de entreguistas. Ao longo deste período, o PCB tentará interpretar a conjuntura golpista sob a luz dessa visão sobre o Brasil, nacionalista e desenvolvimentista, mas nem

sempre apreendendo a objetividade do movimento real da História: hora irá identificar a chamada burguesia nacional e os governos como de Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas como traidores nacionais, hora irá afirmar a possibilidade de uma frente ampla, com esta “burguesia nacional”, a fim de enfrentar o golpismo e pôr a pleno desenvolvimento o capitalismo autônomo no Brasil.

3.2 RUPTURAS TÁTICAS E CONTINUIDADE ESTRATÉGICA NO PCB

Dois documentos importantes da História do PCB, compilados parcialmente por Edgard Carone (1982), reafirmam a tesa de Anita Prestes sobre a continuidade do etapismo em viradas táticas: são o chamado Manifesto de Agosto de 1950 e a Declaração de Março de 1958. O primeiro fora produto dos debates internos do PCB, a partir da cassação de seus deputados, em 1948. Segundo Prestes (2015), o texto marcou a consolidação de uma virada esquerdista no Partido. Nele, os comunistas propunham a ruptura com suas políticas conciliatórias, substituindo a União Nacional com a chamada burguesia nacional, para ações mais radicais, sem ela.

Nota-se, na referida Declaração, um programa bem definido sobre as ações do Partido, mas ainda identificando a presença do feudalismo como principal entrave para o desenvolvimento econômico do País. O PCB propunha, entre diversos pontos programáticos, a “substituição da atual ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário” (CARONE, 1982, p, 109), o confisco das terras sem indenização para reforma agrária, a libertação do Brasil do jugo imperialista, liberdades democráticas pra o povo (direito ao voto para analfabetos, ampla liberdade de culto, abolição da discriminação racial e proteção aos indígenas e ao final deste programa se reivindica o armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas (CARONE, 1982). Para Prestes (2015), o chamado Governo Democrático e Popular seria democrático em sua forma, mas burguês na economia.

Importante destacar que a leitura de Prestes (2015) não é consensual. Se, para a historiadora, a linha, contida no Manifesto de Agosto de 1950, representou apenas uma virada tática sectária, para Mazzeo (1999), ao colocar a democracia radicalizada e centrada no proletariado, guardava dentro de si, potencialmente, a superação da formulação de revolução por etapas, apesar do sectarismo. O autor entende que,

apesar dos equívocos sectários, a leitura que o PCB fazia se aproximava das de Lênin, ao inserir a revolução socialista e a revolução democrática no mesmo processo.

Já Marco Aurélio Santana (2001), avalia esse período a partir de outra perspectiva: a perspectiva sindical. Neste sentido, ele identifica que a linha política contida no Manifesto de Agosto buscava afastar os comunistas da luta sindical dentro da estrutura oficial e mesmo com concessões, conduzindo o Partido para uma prática sectária, o que fez com que “de um grande partido de massas, o PCB havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado” (SANTANA, 2001, p. 86). Neste sentido, para o autor, os comunistas acabavam fazendo coro com a União Democrática Nacional (UDN) nas críticas ao governo Vargas, produzindo grande desconforto entre as bases sindicais do Partido. Essa compreensão é parcialmente assimilada por Prestes (2015) ao trazer que, já em 1952, o PCB começara importante revisão de sua tática sindical, convocando novamente os trabalhadores a disputarem os sindicatos. Segundo a autora:

No que se refere ao movimento operário e sindical, a política do PCB também sofreria uma guinada “esquerdista” com o Manifesto de janeiro de 1948. Foi o momento em que os comunistas iniciaram a formação de entidades paralelas aos sindicatos oficiais, “por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho”, e adotaram a política que ficou conhecida como “greve pela greve” (2015, p. 229).

O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, colocou o PCB em uma situação muito difícil. Nas vésperas de tal acontecimento, o Partido estava mobilizando os trabalhadores para a derrubada do governo e para a constituição de um governo democrático de libertação nacional. Contudo, a tática, posteriormente vista como esquerdista, já vinha sofrendo abalos importantes dentro da luta interna: primeiro, em 1952, a partir da pressão da militância sindical de base, se voltando à estrutura sindical como terreno de disputa; depois, já na preparação para o IV Congresso do PCB, fazendo-se autocrítica sobre a suposta subestimação do papel da chamada burguesia nacional, antes vista como inimiga e agora como aliada. Neste sentido, o suicídio de Vargas, tende-se cada vez mais a uma revisão tática (PRESTES, 2015).

É de grande relevância para a mudança na correlação de forças interna ao CC, que possibilitou a mudança de linha política, os desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Até então, o PCB tinha como um dos principais protagonistas internos Diógenes Arruda, secretário de organização e que atuava como “porta-voz” de Prestes na clandestinidade, contra sua própria vontade.

Diógenes teria sido o principal operador da tática adotada pelo Manifesto de Agosto de 1950, tendo sido delegado no congresso soviético.

Não cabe a nós, neste momento, uma análise minuciosa desse processo no Movimento Comunista Internacional (MCI), ou mesmo no PCB⁶. Cabe-nos sim compreender as mudanças e como elas impactaram em futuras decisões que moldaram a cultura política pecebista. De início, cabe assinalar que mudanças táticas e estratégicas costumam ser antecedidas por fervorosas lutas internas entre os próprios comunistas, resultando em reorganizações, cisões e dissidências, marcadas, por sua vez, por intensa disputa de narrativas e busca por legitimação política. Assim, nem materialistas escapam do processo de invenção das tradições, que pode ser caracterizado a partir da fixação de normas e comportamentos que implicam em uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWN, 1997).

Diante da crise promovida pelo XX Congresso do PCUS, é notória a luta pela reafirmação ou negação do socialismo soviético, pela continuidade de uma tradição que tinha no PCB o principal representante da “pátria do socialismo”. Se colocava ao Partido e aos seus militantes a necessidade de legitimar-se perante o MCI: aceitar a autocritica soviética como autocrítica real e se manter no bloco liderado pela URSS ou defini-la como golpe de uma burocracia revisionista, passando a caminhar mais próximo da Revolução Chinesa ou da Guerra Popular.

Independente dos métodos e argumentos adotados, a perspectiva assumida por Diógenes Arruda, de negação da União Soviética, foi derrotada. Se o PCB já vinha se articulando para retomada das alianças com a chamada burguesia nacional (SANTANA, 2001), a partir da centralidade que a via pacífica para o socialismo assumiu com o XX Congresso do PCUS, como desdobramento da tese de coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo, os antigos dirigentes passaram a ser responsabilizados e processados internamente, seja pelas críticas a URSS, seja pelo papel na condução do Partido até então. Neste sentido, a partir de uma articulação, em 1957, liderada por Luiz Carlos Prestes, buscou-se reorganizar o CC a fim de consolidar a nova virada tática, com o objetivo de isolar os chamados “esquerdistas”. Deste movimento, participaram, além do Secretário Geral, Giocondo Dias, Armênio Guedes, Mário Alves, Jacob Gorender, Dinarco Reis e Ramiro

⁶ Para mais sobre o XX Congresso do PCUS e a História da URSS ver: KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **Socialismo traído**: por trás do colapso da União Soviética. SÃO PAULO: Lavra Palavra Editorial, 2023.

Lucchesi. São afetados por ele, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Sérgio Holmos, que posteriormente iriam fundar o PCdoB, como reorganização do PCB. Na ocasião, Arruda também se afasta do PCB, assim se formando um novo núcleo dirigente que, mesmo também se utilizando de métodos arbitrários, como a censura do debate interno “antissoviético” na imprensa partidária, buscará legitimação na acusação de que o antigo grupo dirigente, por suas práticas autocráticas influenciadas pelo “stalinismo”, conduziu o Partido a graves erros (PRESTES, 2015). Este processo, novamente, não foi marcado por autocrítica teórica sobre a leitura da Formação Social Brasileira. Pelo contrário, a crise foi utilizada para reafirmá-la.

Os anos que antecedem ao Golpe de 1964 foram marcados por intensa disputa entre concepções distintas de desenvolvimento socioeconômico do País. Esteve colocado o nacional-desenvolvimentismo, com sua proposta de superar a dependência econômica, a partir da industrialização, rumo a um capitalismo autônomo, quando os comunistas e trabalhistas davam ênfase às reformas populares, no curso deste processo. Com a Declaração de Março de 1958, o PCB reafirmou sua visão etapista do processo revolucionário no sentido estratégico. Seguimos Anita Leocádia Prestes sobre isto:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política (2015, p. 250).

Condizente com sua estratégia política, em uma conjuntura marcada pela ameaça golpista, vinda de setores ultrarreacionários das Forças Armadas, os comunistas irão identificar a possibilidade de resistência sob a ótica de contradições principais na sociedade. A Declaração de Março defendia que a principal delas seria não entre capital e trabalho, mas entre Nação e imperialismo estadunidense e seus agentes internos, devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas. A segunda, seria a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. Disso, se concluiu que a contradição entre capital e trabalho, entre burguesia e proletariado, ainda que existisse no País, não era central, visto que o “desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo” (CARONE, 1982, p. 184). Da defesa da luta armada,

boicote aos sindicatos oficiais e defesa da derrubada de governos de traição nacional, o PCB caminharia, gradualmente, na década de 1950, para a luta pela legalidade e apoio, ainda que crítico e contraditório, a governos desenvolvimentistas como o de Juscelino Kubitschek (JK), não apenas como alternativa momentânea à ameaça golpista e defesa tática da constituição, mas com a finalidade de levar a cabo a revolução nacional e democrática.

A nova virada tática na linha política comunista seria reafirmada no V Congresso do PCB, em 1960, no contexto que antecedeu a eleição presidencial que definiria o sucessor de JK. Em seu Congresso, o PCB analisou o governo JK como heterogêneo, mas predominantemente conciliador com o imperialismo e com o latifúndio. Ao final, Luiz Carlos Prestes apresentou o manifesto eleitoral, no qual chamou os comunistas para o apoio ao marechal Henrique Dufilles Batista Teixeira Lott (PSD) e João Goulart (PTB). As razões paratal apoio se deu, sobretudo, à disposição que ambos os candidatos, a presidente e a vice-presidente respectivamente, em se opor as ameaças golpistas, como a que ocorreu no ano anterior e ficou conhecida como Revolta de Aragarças, quando aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) foram roubados por militares, com o objetivo de derrubar o Governo. Decisivo para o esforço dos comunistas foi a aceitação do programa das reformas de base por parte de Lott, que ampliou a base popular do candidato, ao defender a limitação das remessas de lucros das empresas estrangeiras, a reforma agrária e o direito à greve (PRESTES, 2015).

Junto a isso, o PCB considerava a candidatura de Jânio Quadros como uma continuidade radicalizada dos setores mais reacionários da política brasileira. Para o Partido, se o governo JK era composto por forças heterogêneas, que promoveram o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas também a repressão aos movimentos grevista contra a carestia. Jânio Quadros se inseria na polarização entre nacionalistas e entreguistas, tomando parte pelo entreguismo, representando os interesses da alta cúpula da UDN, “os grupos responsáveis pelo golpe de 24 de agosto de 1954, elementos como Carlos Lacerda e seus porta-vozes – os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo*” (PRESTES, 2015, p. 260) e outras forças ligadas ao imperialismo estadunidense. Por sua vez, o apoio comunista à candidatura de Lott, mesmo contra sua vontade, expressaria a vontade das forças patrióticas e legalistas, em movimento coerente com a mudança tática do PCB. A isto, soma-se a busca pela conquista eleitoral de um governo nacionalista e democrático, possuindo

como base, em especial, as forças políticas articuladas em torno da Frente Parlamentar Nacionalista, trabalhistas e a chamada “ala-moça” do PSD.

Ponto central para a compreensão do desenvolvimento da concepção estratégico-tático do PCB, foi a consolidação da Declaração de Março de 1958, em seu V Congresso de 1960. Nele, podemos observar não apenas o continuísmo em relação a viragem tática, mas a preocupação que o grupo liderado pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Prestes, tinha com combate ao que se entendia por esquerdismo representado pelos antigos dirigentes, além da afirmação da via pacífica e eleitoral para o governo democrático-nacional (PRESTES, 2015). Além deste grupo, que sairá vitorioso do Congresso, tanto Anita Prestes (2015), quanto Mazzeo (2003), destacam dois tipos de oposição: o segundo grupo mais relevante, ainda que minoritário, buscava resgatar as teses do IV Congresso do Partido e do Manifesto de Agosto de 1950, caracterizando-se por divergências prático-políticas e na recusa da nova política implementada na URSS; por outro lado, com menor peso, o historiador Caio Prado Júnior, apresentando uma divergência de ordem teórico-interpretativa em relação à própria estratégia antifeudal e anti-imperialista.

Não nos cabe desenvolver a análise de Caio Prado Júnior, no sentido de verificar se sua crítica ao etapismo tinha procedência ou não. No entanto, é interessante demarcar que ele esteve colocado, historicamente, na crítica à estratégia democrático-nacional e à luta por um capitalismo autônomo. Na interpretação sobre Caio Prado, novamente Anita Prestes (2015) e Mazzeo (2003) assumem diferentes concepções. Para a autora de *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*, Caio Prado não discute o poder político “capaz de implementar as transformações por ele defendidas[...]. Dessa forma, o caminho fica aberto para uma concepção reformista da revolução” (PRESTES, 2015. p. 264). Já para o autor de “O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo”, a crítica caiopradiana tem aspectos mais positivos, ao “realçar a impossibilidade histórica da existência de um capitalismo de caráter nacional e autônomo num país como o Brasil” (MAZZEO, 2003, p. 164).

É interessante notar que, no contexto do V Congresso do PCB, havia uma nítida preocupação com os excessos do Movimento Sindical para não desestabilizar o curso político planejado pelos comunistas, diante de uma frágil frente democrática e nacionalista. É o que podemos observar da declaração assinada por Luiz Carlos Prestes, intitulada “Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições

presidenciais”, na qual expôs a crítica de que os comunistas paulistas estariam sendo demasiadamente sectários ao incentivar a greve geral contra a carestia no governo JK.

Posteriormente, esta tesa dos supostos excessos seriam frequentemente retomados pelo PCB como impulsionador do Golpe, enquanto para o PT o problema estaria localizado no reformismo pecebista, ao se associarem, de forma subordinada, ao trabalhismo “populista”. Diz a Declaração:

Devemos reconhecer que erramos por não havermos alertado em tempo para as consequências negativas de uma greve geral que não tinha, na oportunidade, maiores condições de êxito, que não contribuiria, portanto, para aprofundar a confiança das massas trabalhadoras em suas próprias forças e que viria dificultar a ampliação e consolidação da unidade do movimento sindical e do movimento nacionalista. Aos dirigentes comunistas, no Estado de São Paulo e, sobretudo na Capital, cabe a tarefa de extrair as devidas lições dessas experiências, vencer a confusão política e ideológica e ajudar o Partido a desempenhar o seu verdadeiro papel de vanguarda na luta eleitoral que se trava na mais importante região do país (PRESTES, 1960, p. 1).

Os eventos que sucederam ao comício de 13 de maio de 1964, bem como a Revolta dos Marinheiros do Rio de Janeiro, são bastante conhecidos. No entanto, cabe a nós realizar alguns apontamentos sobre a atuação e a perspectiva do PCB nesta trama, em especial na relação que o Partido desenvolveu com o governo de João Goulart e sua avaliação das possibilidades de realização de objetivos táticos, principais: as Reformas de Base e a legalidade do PCB.

3.3 O PCB DIANTE DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR

Em março de 1961, após as eleições que levaram Jânio Quadros para a Presidência, foi realizado um balanço sobre os primeiros meses do governo e discutido como seria a posição dos comunistas. Neste espaço, afirma Anita Prestes (2015), foi destacado o fortalecimento do Movimento Operário e sua importância para a pressão aos candidatos assumirem um programa mais popular, argumentando que mais de 1,5 milhões de trabalhadores entraram em greve em 1960. Por outro lado, o Partido atribuiu a JK e sua concepção desenvolvimentista, baseada em concessões ao imperialismo, a derrota das forças progressistas no pleito. Com isso, na avaliação do CC, acabou por recair sobre Lott esse fardo, ao se apresentar como continuidade do governo JK, ainda que tivesse sido acertada a tática de apoiá-lo visando um governo nacionalista e democrático.

É interessante notar que, apesar do esforço em se combater excessos no Movimento Sindical, havia um forte tom crítico à conciliação no balanço do governo JK, alertando para a necessidade de se ampliar o movimento nacionalistas perante as massas trabalhadores, ainda que reconhecendo a participação da chamada burguesia “nacional” nesse processo. Um movimento de destaque, realizado pelos comunistas, a partir desse balanço, e de acordo com o V Congresso do Partido, foi a luta pela legalidade e registro eleitoral do PCB. Em agosto do mesmo ano, se iniciou uma luta para recolher as cinquenta mil assinaturas necessárias para o registro legal, mas que apesar das mesmas, somente em 1985 seria conquistado.

É de amplo conhecimento o caráter contraditório do governo Jânio Quadros e sua manobra golpista fracassada para centralizar o governo. Por um lado, reatou relações diplomáticas com a URSS e condecorou Ernesto Che Guevara no Brasil. Por outro, se acentuou a condução antipopular da economia, como na chamada reforma cambial. Para o PCB, a independência geopolítica era realizada como uma estratégia para extorquir tanto os EUA quanto à esquerda brasileira. Neste sentido, os comunistas se concentraram em defender as liberdades democráticas, a liberdade sindical e o direito a greve, recorrendo a organização popular para esse enfrentamento (PRESTES, 2015).

O plano de Jânio Quadros consistia, supostamente, em renunciar ao Governo para comover as Forças Armadas em aderir ao golpismo, a fim de recolocá-lo no Executivo como ditador, em movimento articulado com Carlos Lacerda, então governador do Rio de Janeiro. No entanto, a contradição entre sua política externa e interna desgastou o governo com ambos os campos. Diante da condecoração de Che Guevara, Lacerda acabou delatando o plano golpista e precipitou a renúncia do Presidente, dando início a uma crise política sem precedentes. Pela Constituição, caberia ao Congresso empossar João Goulart no cargo, mas isso só veio a ser possível após intensa reação popular, em especial através da Campanha da Legalidade, iniciada no Rio Grande do Sul, sob direção do governador trabalhista, Leonel Brizola, e ao prestígio do marechal Lott no seio das Forças Armadas. Ainda assim, o Congresso optou, de forma autocrática, por uma emenda à Constituição para instituir no País o parlamentarismo, a fim da Câmara ter um controle maior do governo Jango. Conforme Schwarcz e Starling:

Os ministros sabiam que suas escolhas tinham se estreitado: ou partiam para a guerra civil, ou negociavam uma alternativa. O Congresso encontrou uma

saída conciliatória: a adoção, às pressas, do regime parlamentarista. A solução era postiça e iria funcionar mal, mas resolvia a crise: Jango tomaria posse com os poderes amputados (2015, p. 596).

Imediatamente, Luiz Carlos Prestes declarou-se favorável a um plebiscito para decidir sobre o presidencialismo ou parlamentarismo, sendo que o PCB foi conduzido a uma posição de crítica à conciliação do Governo, colocando-se como oposição, mas reafirmando a necessidade de influir nele, de forma pacífica e pela pressão das massas, para transformá-lo em nacionalista e democrático (PRESTES, 2015). Enquanto isso, o Movimento Operário assumiu, cada vez mais, destaque na trama conjuntural, com mais de 80 mil bancários entrando em greve, em quinze estados. Para Anita Prestes (2015), o PCB imaginava que, por meio da pressão exercida sobre Jango, ao combater a conciliação, seria possível radicalizá-lo. Ela acrescenta que assim como o Partido não percebia que a chamada burguesia nacional não estaria inclinada a contribuir para um governo nacionalista e democrático.

Alguns encontros de trabalhadores se sobrepuseram na conjuntura, entre eles o III Encontro Sindical Nacional, no estado da Guanabara, que contou com a presença do Presidente. Nele, se criou a Frente Nacional de Libertação, a fim de conclamar a união de todos os patriotas democráticos em luta pela emancipação nacional e pela democracia. Outro espaço de destaque foi realizado em Belo Horizonte, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, disputado tanto pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), cuja influência do PCB era predominante desde sua criação, e as Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião. O grupo de Julião deu o tom das resoluções do espaço imortalizando a expressão “Reforma Agrária na lei ou na marra”. (PRESTES, 2015, p. 280).

A partir do Congresso em Belo Horizonte, mas não apenas por ele, começaram a surgir agrupamentos de esquerda influenciados pela Revolução Cubana e que pregavam a luta armada. Nesse sentido, apesar da frustração imediata do braço militar das Ligas Camponesas, surgiram, no Brasil, outras organizações que, neste sentido, começaram a questionar, de forma expressiva, mas minoritária, a hegemonia do PCB.

O ano de 1962 seria um ano bastante conturbado na conjuntura nacional. Em janeiro, o Brasil adotou uma postura contrária à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), através da atuação de Francisco San Tiago Dantas.

Em fevereiro, Brizola encampou a Companhia Telefônica Nacional (CTN). Em junho, o Congresso rejeitou o nome de Dantas para compor o gabinete, sendo desencadeado novo movimento grevista, quando a Greve de 5 de Julho paralisou mais de 1 milhão de trabalhadores em apoio ao governo Jango, contexto no qual o PCB impunha a palavra de ordem de que “Milhões de trabalhadores exigem de João Goulart: gabinete nacionalista!” (PRESTES, 2015, p. 283). Isto demonstra o compromisso com a tática de pressão popular para transformação do caráter do governo; ainda neste ano o sindicalismo Brasileiro avançou, no IV Congresso Sindical, para criar o CGT, combinando formas legais e representativas dos trabalhadores, sendo um marco de unificação do sindicalismo brasileiro e tendo um papel de destaque na conjuntura (SANTANA, 2001).

O Plebiscito sobre o parlamentarismo só viria a ser marcado para 6 de janeiro de 1963, após intensa pressão do Movimento Sindical (entre 11 de setembro a 7 de outubro 3 milhões de trabalhadores cruzaram os braços), articulado em torno do CGT (SANTANA, 200). No Plebiscito, o PCB se posicionou pelo não ao parlamentarismo, posição que venceu com esmagadora maioria dos votos (9 milhões em um total de 10 milhões de eleitores). A partir de então, intensificaram-se as articulações golpistas de setores do empresariado, contando com a participação da Embaixada dos EUA. Ao mesmo tempo, a crise econômica proporcionou um ambiente que, cada vez mais, pressionava o Governo a se posicionar, seja em defesa do receituário do FMI, seja em dar seguimento concreto às Reformas de Base.

O desenvolvimento da conjuntura, em 1964, caminhou a passos largos. Já em 23 de janeiro, Jango decretou a regulamentação das remessas de lucros para o exterior, mesmo contra a vontade do embaixador estadunidense, Lincoln Gordon. Na sequência, ainda em janeiro, San Tiago Dantas encaminhou a entidades das forças democráticas a proposta de uma Frente Popular para dar sustentação para o presidente levar adiante as reformas. A movimentação do ex-ministro preocupou o PCB, que apesar de reconhecer a importância de um programa comum, temia a descaracterização das Reformas de Base. Em contrapartida, outros setores da esquerda lançaram outra Frente Popular, com apoio do Brizola, CGT e UNE. O programa da frente reivindicava, principalmente:

a legalidade do PCB, o monopólio do câmbio e da exportação do café, a nacionalização dos bancos estrangeiros, o controle federal dos empréstimos externos aos estados, a extensão do voto aos analfabetos e a todos os militares, o limite de investimentos para o capital estrangeiro no país, a

nacionalização das empresas de publicidade e propaganda, a anistia para processados ou presos por motivos políticos e sindicais, além de reajustes periódicos de salários e vencimentos etc. O programa deveria ser discutido pelas forças nacionalistas e democráticas, mas, poucos dias após seu lançamento, a Frente Popular naufragaria junto com o governo Goulart (PRESTES, 2015, p. 295).

Em 13 de março, ocorreu o chamado Comício da Central do Brasil, no qual o presidente “anunciou a assinatura de vários decretos, entre os quais a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos” (PRESTES, 2015, p. 295). O PCB entendeu esse comício como inaugurador de uma nova fase na luta pelas reformas, exaltando “o fortalecimento da unidade dos setores” que lutavam “pela libertação e o progresso do País”, considerando que o comício significara “mais um sério golpe no imperialismo e na reação” (PRESTES, 2015, p. 295). Conforme Anita Prestes (2015), o PCB propunha, como via de consolidação das alterações constitucionais necessárias para as reformas, um plebiscito.

Em nosso juízo, o debate que os comunistas faziam no imediato pré-Golpe pode ser caracterizado como sendo uma perspectiva otimista em relação à conjuntura e de confiança no nível organizativo do proletariado para dar sustentação às reformas, assim como na crença de que uma suposta “burguesia nacional” não marcharia ao lado dos golpistas. Compreensão esta que também é assinalada por Marco Aurélio Santana, ao discutir a recepção comunista do Plebiscito sobre o presidencialismo, trazendo que “a vitória de grande monta deu aos setores progressistas, precipuamente ao PCB, a visão superestimada de seu poderio dentro da correlação de forças no interior da sociedade” (2001, p. 120). Podemos observar essa tendência através do entendimento do Partido sobre outros dois aspectos: 1) o entendimento da possibilidade de registrar o PCB legalmente, a fim de concorrer nas eleições, haja vista que, desde 1962, o Partido já havia recolhido mais de 60 mil assinaturas, 10 mil a mais do que o exigido pela lei (nota-se, aqui, a centralidade da legalidade no próprio programa da Frente Popular, mencionado no parágrafo anterior) e; 2) A preparação, no final de março de 1964, do VI Congresso do PCB, passando o entendimento de clima político propício para isso, quando, nas teses de discussão afirmava-se que, cada vez mais, se criavam condições para um governo de coalizção que representasse as forças da frente nacionalista e democrática. Diante disso, apesar de identificar duas possibilidades de golpe contra o campo nacionalista e popular, uma abertamente antipopular e antinacional e outra sendo algum golpe com roupagem

centrista (PRESTES, 2015). É perceptível, pelas ações dos comunistas, o otimismo conjuntural e a subestimação das forças golpistas.

Não tardaria para o otimismo pecebista desaparecer, visto que Castello Branco já estava chefiando o esquema golpista e esperando um precedente político para a ação. O precedente foi identificado pelos golpistas a partir da quebra de hierarquia, durante a comemoração do aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFN), evento que fora proibido pelo almirante Sílvio Mota, ministro da Marinha (PRESTES, 2015). Se a trama aparentemente se encerrava com a substituição do ministro da Marinha, acabou tendo seguimento em 31 de março, quando o general Olímpio Mourão Filho marchou com as tropas do Exército, de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, a fim de derrubar o Presidente. Imediatamente, ao tomarem conhecimento, a Comissão Executiva Nacional do PCB, através de Prestes, tentou articular um bombardeio às tropas golpistas, mas foram respondidas pelo comandante da 3ª Zona Aérea, o brigadeiro Francisco Teixeira, membro do PCB, que seus subordinados haviam passado todos para o outro lado, descartando a possibilidade de resistência militar. Ainda assim, o PCB tentou uma última cartada, a decretação de greve geral, no País, pelo CGT, divulgada em 1º de abril, mas jamais concretizada (PRESTES, 2015).

A partir do estabelecimento da Ditadura, é interessante observar a análise que o Partido fez do Golpe, suas causas e a atuação diante dele. Chama a atenção o desafio que foi colocado para o PCB, diante da mudança de conjuntura, e como ele irá responder a isso. A partir da cassação do registro do PCB, em 1947, adotou-se uma virada tática rumo a uma política mais combativa e menos massificada para o enfrentamento do aumento da repressão do Governo Dutra. Em razão da pressão da base, em consequência do sectarismo, a autocrítica se impôs, realizando-se uma revisão da linha política do Manifesto de Agosto de 1950, culminando na Declaração de Março de 1958 e no V Congresso do PCB de 1960, processo que reaproximou os comunistas dos trabalhistas. A partir de então, o PCB passou a combater a posição esquerdista do período anterior, retomando com mais centralidade o papel das eleições democráticas e da participação da chamada burguesia nacional na etapa antifeudal e anti-imperialista da revolução. No entanto, com o Golpe de 1964, confrontaram-se duas tendências interpretativas diametralmente opostas, tanto em relação às raízes e erros do Partido no período anterior, tanto em relação à tática a ser adotada na nova conjuntura.

De início, configurou-se como grupo dirigente que, apesar de outrora ter se formado em antagonismo com a linha política do Manifesto de Agosto de 1950, buscou dar o tom crítico nas declarações do PCB sobre o governo João Goulart. O grupo era composto por Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, identificados como principais responsáveis por levantarem a bandeira da luta contra a conciliação do Jango. No entanto, estaria contido nessa bandeira, por sua vez, um dos principais erros diante do Golpe na avaliação que se sobressaía (PRESTES, 2015). Esse grupo foi derrotado na primeira reunião do CC após o Golpe, em 1965, sendo que, mais uma vez sob a liderança de Prestes, o Partido assumiu a conciliação com o reformismo para enfrentar o esquerdismo.

Nesta reunião, o grupo de Marighella propôs ao CC um “Esquema para discussão”, que consistia na defesa da tática mais radical de enfrentamento à Ditadura, inclusive com a possibilidade da luta armada, insistindo no acerto da política crítica à conciliação do governo Jango (PRESTES, 2015). Em contrapartida, a Resolução Política do CC do PCB confirmou a derrota desta perspectiva. Seguimos Edgard Carone, a fim de entender melhor este assunto:

Em princípios de 1964, quando Goulart, movido por seus próprios objetivos políticos, procurou aproximar-se das forças populares, acentuou-se, em nossa atividade, o afastamento da linha política do V Congresso. Subestimando a importância que tinha para o povo brasileiro a realização das eleições [...] ao mesmo tempo que estimulávamos o golpismo continuísta de Goulart. Ao invés de alertar as massas e convocá-las contra a ameaça de um golpe de direita, claramente revelada na ação de Lacerda (1982, p. 26).

A declaração continuou afirmando que, “ao lado da reivindicação de formação imediata de um novo governo, que ‘pusse termo à política de conciliação’, transferíamos o centro do ataque para o parlamento” (*idem*, p. 26). Nota-se que a virada tática, após a cassação do PCB, em 1947, pode ser caracterizada como um esforço exagerado de superação de desvios reformistas no PCB que resultou em pronto isolamento. Neste novo caso, o Partido reagiu à nova conjuntura colocando como central supostos excessos na busca pela hegemonia do proletariado, entendendo que, justamente, a pressão sobre o governo teria radicalizado os setores golpistas, dando a entender que parte significativa da responsabilidade pelo Golpe foram das ações demasiadamente radical, ainda que mesmo dentro do CC essa tese tivesse como contraponto a análise oposta. Como veremos, se o sectarismo do Manifesto de Agosto de 1950 isolou o Partido, ao aceitar posteriormente à tese da

lenta, segura e gradual abertura política, ao combater a busca pela independência de classe da segunda explosão contestatória, o PCB seria novamente isolado, mas desta vez à direita.

A resposta pelo alto ao Golpe veio ainda em 1966, com Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart lançando a Frente Ampla pela Democracia, movimento no qual o PCB irá aderir. No entanto, o Partido insistia “na prioridade que os comunistas deveriam atribuir à organização e à mobilização das massas populares na luta contra a ditadura” (PRESTES, 2015, p. 319). A forma como o PCB irá assimilar a Frente Ampla, com a ênfase na crítica ao esquerdismo, no entanto, irá conduzir o Partido a priorização da unidade de todos democratas em luta contra a Ditadura, subordinando o Movimento Sindical ao movimento político geral de luta pela democracia. Para Anita Prestes (2015), Luiz Carlos Prestes identificava o combate ao esquerdismo naquele momento como mais importante do que o combate ao reformismo, porque tinha a perspectiva de que a luta armada conduziria o Partido para sua liquidação e que, “naquele contexto extremamente conturbado, o caminho viável para a preservação da organização partidária, acreditava ele, seria o da unidade em torno da manutenção da orientação política aprovada no V Congresso do PCB” (*idem*, p. 325).

O PCB realizou seu VI Congresso apenas em 1967, sendo marcado pela continuidade da linha política anterior, mas com o aprofundamento do giro tático à direita, sempre mantendo a perspectiva da estratégia democrática-nacional, caracterizando o novo poder como “militar, de conteúdo entreguista, antidemocrático e antioperário” (PRESTES, 2015, p. 325). A partir do VI Congresso, com o isolamento da “ala esquerdista”, teve vez uma nova polarização na cúpula do Partido, mas desta vez entre Luiz Carlos Prestes e a maioria dos delegados em torno do caráter semicolonial do País e da proposta de luta por um governo revolucionário em detrimento do governo antiditatorial – tese que saiu vencedora. Mais tarde, com o aprofundamento da tática adotada e com a consolidação do etapismo, essas divergências passariam a ser inconciliáveis e Prestes sairia do Partido.

4 OS COMUNISTAS DIANTE DA DIVISÃO NO MOVIMENTO SINDICAL

Foi no quadro descrito anteriormente que PCB se deparou com o movimento grevista da segunda explosão contestatória à Ditadura Empresarial-Militar, que contribuiu significativamente para mudança do ciclo político que se encontrava o proletariado brasileiro, quando, de lutas defensivas se passou às lutas ofensivas. Esta nova conjuntura ganha materialidade na reivindicação de uma central única de trabalhadores, a partir da unificação do sindicalismo brasileiro, visto que ferramenta como essa havia deixado de existir no País desde a proibição e fechamento do CGT, em ocasião do Golpe Empresarial-Militar de 1964.

É justamente no seio destes movimentos grevistas do final da década de 1970, que surgiram as condições para, na década seguinte, se intensificar as movimentações para criação de uma central única, mas não sem contradições internas e disputas.

O período que estabeleceu o novo ascenso do Movimento Operário foi marcado, sobretudo, pela disputa entre dois campos políticos, o da US e o chamado Bloco Combativo. O primeiro era bastante heterogêneo, mas podemos afirmar que foi sendo formado pelo bloco de sindicalistas experientes na luta por dentro da estrutura sindical existente e comprometidos, uns mais outros menos, com a tática da frente ampla democrática para o combate à Ditadura. Dele participavam os comunistas do PCB, do PCdoB e do MR-8. O segundo bloco nasceu da cisão no interior dos chamados Sindicalistas Autênticos (aqueles críticos à estrutura sindical, mas atuantes dentro dela), diante da aproximação das Oposições Sindicais (OS) e de movimentos católicos favoráveis a maior participação de movimentos sociais no Movimento Sindical. Com o passar do tempo, o Bloco Combativo vai ter o protagonismo na formação do PT.

É a partir do choque entre estes dois campos que, por um lado, o protagonismo do PCB no Movimento Sindical irá desmoronar e, por outro, o PT irá ganhar razão de existência, no final da década de 1970, e corpo, ao longo da década de 1980.

4.1 A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E A DIVISÃO NO SINDICALISMO CLASSISTA

Voltamos às Ciências Sociais, onde estudo importante realizou Leôncio Martins Rodrigues (1991) em seu texto “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”. Neste estudo, o autor reivindica como marco da luta por uma central sindical

o V Congresso da CNTI, ocorrido em 1978, no Rio de Janeiro. Neste encontro, se aproximaram diversas lideranças que mantinham críticas à direção da Confederação. Entre as lideranças, chama atenção militantes com vínculos partidários, como Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e membro do PCB, e sindicalistas independentes, como Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Os trabalhadores identificados com essa aproximação de partidários e independentes passaria a ser chamados de Sindicalistas Autênticos. As reivindicações do grupo, neste momento, giravam em torno da redemocratização do País, da convocação de uma assembleia constituinte no plano da política nacional, enquanto, no plano sindical, pedia-se direito a greve e liberdade sindical, entre outras reivindicações por melhores condições de trabalho. Nota-se que ainda não se falava em reforma agrária e nem há menções ao socialismo.

É interessante notar, desde já, que as contradições entre os campos do Movimento Sindical classista ainda não estavam bem delimitadas neste momento. No plano sindical, o PCB tinha uma análise positiva sobre as greves de 1978 e sobre o V Congresso da CNTI, mas chamava atenção para o combate a perspectivas triunfalistas, conforme a Declaração do CC do PCB, de novembro de 1978 (CARONE, 1982) (SANTANA, 2001). Para os comunistas, a retomada do Movimento Sindical, com unidade de ação, também era um importante fator da luta pela democracia no Brasil, referendando a centralidade dada para a Frente Ampla de todas forças democráticas no enfrentamento da Ditadura. Neste sentido, a unidade para criação da CUT e a articulação em torno do MDB eram fundamentais.

Marco Aurélio Santana (1998), em outro texto intitulado “O novo e velho sindicalismo: análise de um debate”, chama atenção para as raízes dessa preocupação pecebista com o triunfalismo. O PCB foi amplamente responsabilizado pela derrota dos trabalhadores diante do Golpe de 1964. Mas, se o chamado “Novo Sindicalismo”, que viria a emergir no final da década de 1970, identificava como erro no pré-64 o reformismo nas alianças com os trabalhistas, visto como populistas, o PCB entendia o oposto. O erro seria a superestimação da influência de massas do Partido, o choque interpretativo sobre a História do Sindicalismo antes da Ditadura irá fundamentar as diferentes táticas de enfrentamento a ela. Seguindo a mesma perspectiva, a historiadora Amanda Cristine César Segura (2014), ao analisar *A disputa pela hegemonia da representatividade dos trabalhadores*, em sua dissertação de mestrado, traz que o PCB:

construía uma memória negativa da sua atuação política no pré-64, que não podia ser repetida no processo de combate à ditadura. O partido tinha que evitar “euforia” e análises equivocadas da correlação de forças, como teria feito no início dos anos 1960 ao pensar que a mesma estaria favorável para os trabalhadores e tomar posições “esquerdistas”, que podem gerar retrocessos históricos como o golpe de 1964. O partido não poderia cometer os mesmos erros do passado, não podendo negligenciar o apreço pela legalidade institucional e pela democracia, o que foi incorporado na linha política vigente a partir do VI Congresso (SEGURA, Amanda, 2014, p. 22).

A partir do Congresso no Rio de Janeiro, sucederam-se outros importantes esforços de unificação do sindicalismo classista, mas começaram a se acentuar as divergências que pavimentaram a formação de diferentes campos políticos. Em 1980, aconteceu o chamado Encontro de João Monlevade (Minas Gerais), que ficou marcado por uma novidade significativa nos encontros sindicais: a participação dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados à Igreja Católica. Nele, participaram, conforme Santana (2001) líderes das pastorais operárias, de movimentos comunitários de bairros, das oposições sindicais e representantes dos sindicatos oficiais, produto do encontro da militância católica e sua ligação com a Teologia da Libertação. Neste Encontro, passou-se a defender a unificação organizativa dos movimentos sociais com o sindicalismo, olhando para os sindicatos como uma parte de algo maior.

Em seguida, ainda em 1980, ocorreu o chamado Encontro de São Bernardo, o qual, apesar do nome, foi realizado em Taboão da Serra (SP), devido à intervenção federal no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Este encontro foi caracterizado pelo aprofundamento das relações entre os movimentos católicos, dentro dos sindicatos e fora deles, com os chamados autênticos, produzindo resoluções mais radicais que o anterior. Ainda que sem menções ao socialismo, o encontro avançou na aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, alertando para os limites da luta eleitoral como via para derrotar a Ditadura, bem como defendendo a autonomia dos movimentos sociais e sindical em relação aos partidos políticos. Neste sentido, esforços foram feitos para criação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), afirmando-se, pela primeira vez e oficialmente, em um encontro desta magnitude, a necessidade de criação de um partido político que representasse essa movimentação.

As relações dos “autênticos” com a Igreja Católica prosseguiu em mais um encontro, desta vez em Vitória (ES) e já não contou mais com a presença dos sindicalistas ligados ao PCB e a US. O chamado Encontro de Vitória, seguindo o

estudo já citado de Rodrigues (1991), contou com uma minoria de sindicalistas em detrimento de participantes de movimentos sociais e organizações católicas, enquanto entre os sindicalistas predominavam as categorias com ensino superior, como engenheiros e médicos. Após este encontro viria a ser formada, finalmente, a ANAMPOS, que em seu IV Encontro afirmou lutar pela criação da CUT já tendo em vista serem a liderança da futura central. Nota-se que o objetivo da ANAMPOS era a criação de uma central mais ampla que os sindicatos, incluindo sindicatos, pastorais e organizações de bairro, bem como outras entidades vinculadas à Igreja.

Paralelo a aproximação da Igreja Católica com os sindicalistas, havia a movimentação das chamadas OS, que era o nome dado aos sindicalistas independentes críticos a estrutura sindical e que não estavam na diretoria dos sindicatos. Uma aproximação entre as OS com os sindicalistas das chamadas diretorias combativas resultaria no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado em Nova Iguaçu (RJ) em setembro de 1980. Dele participaram cerca de 500 delegados de 15 estados, representando oposições sindicais e diretorias oficiais. Se a participação dos movimentos sociais em propostas de organização de uma central sindical havia afastado a US dos chamados sindicalistas autênticos, a aproximação das oposições sindicais com estes consolida a ruptura, visto que, para o campo da US, a legitimação da base precisava ser única da diretoria do sindicato e cada categoria tendo apenas um sindicato: seria este o princípio da unicidade sindical que se contrapunha ao pluralismo sindical, onde uma mesma categoria poderia ter mais de um sindicato que representando-a.

Este contexto foi marcado, também, pela formação do PT e pela reação do PCB a ele. As conversas e articulações para a criação do Partido já vinham acontecendo publicamente desde 1978, a partir de uma intervenção de Lula em uma conferência dos petroleiros da Bahia, na qual o PCB participou através de seu dirigente, Arnaldo Golçalves. É interessante notar que, inicialmente, o PCB subestimou a possibilidade de criação de tal ferramenta, mas logo iria se preocupar com sua hegemonia. Santana nota essa subestimação a partir de falas como a do próprio Arnaldo Gonçalves que dizia ser “[...] uma ilusão pretender construir um Partido dos Trabalhadores sobre ditadura que aí está [...]” (2001, p. 197). Também, para o dirigente do PCB, ainda que visse como legítima a discussão sobre a fundação de um novo partido, preocupava-se que ele obstaculizasse a unidade em torno do MDB.

Contrariando as expectativas dos comunistas, o PT foi fundado em 1980. Deste processo, participaram os sindicalistas autênticos do bloco combativo liderados pelo Lula, as Oposições Sindicais, setores da Igreja Católica progressista, alguns grupos marxistas oriundos da luta armada, em especial trotskistas e intelectuais como Francisco Weffort, importante teórico do populismo que irá referendar teoricamente as críticas do “Novo Sindicalismo” petista ao, proclamado por ele, “Velho Sindicalismo” dos comunistas e trabalhistas.

4.2 CONSOLIDAÇÃO DA DIVISÃO

Com o PT já fundado, tem início a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT, cujo primeiro e único grande encontro nacional de praticamente todo o sindicalismo brasileiro, unido em prol da formação de uma Central Sindical, em agosto de 1981, em Praia Grande no litoral paulista. Conforme Rodrigues:

O número de entidades que dela participaram foi bastante elevado: 480 sindicatos urbanos (3108 delegados), 384 sindicatos rurais (969 delegados), 32 associações pré-indicais (875 delegados), 33 federações urbanas (90 delegados), 17 federações rurais (134 delegados) e 22 representantes de quatro confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos), num total de 1126 entidades e 5247 delegados (1991, p. 31).

Como vimos, o sindicalismo brasileiro era bastante heterogêneo e, portanto, suas contradições internas se expressavam em diversas facções unidas fragilmente por algumas pautas únicas. A unidade estava na defesa da

[...] estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem perdas salariais, reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, direito de greve e de sindicalização dos funcionários públicos, fim das leis de exceção, liberdade organização partidária, anistia, convocação de uma assembleia Nacional Constituinte, reforma agrária, autonomia dos sindicatos diante do Ministério do Trabalho, etc. (*idem*, p. 32).

É a partir da CONCLAT que se tirou a Comissão Nacional pró-CUT, cuja tarefa seria preparar um congresso de fundação da CUT. Da comissão participaram pelo PCB Ivan Pinheiro e Arnaldo Gonçalves. No entanto, a US estava em maioria no interior da mesma e argumentava que um congresso de tamanha magnitude só seria possível após o ano eleitoral de 1982. Já o Bloco Combativo defendia uma concepção mais abrangente de entidade, com participação dos movimentos sociais e das oposições sindicais. Na impossibilidade de se chegar a um consenso, foi decidida a convocação de um novo CONCLAT, mas desta vez sendo um Congresso Nacional da

Classe Trabalhadora, para 1983. É interessante notar o aparecimento de divergências dentro do PCB sobre a linha política levada aos sindicatos, novamente proveniente dos comunistas que participavam dos debates. O historiador Paulo Winicius Teixeira de Paula, em entrevista com Ivan Pinheiro, ressalta a opinião de alguns sindicalistas ligados ao PCB, favoráveis a adesão à CUT, mas que não saíram vitoriosos:

Ao contrário das versões oficiais que apareciam no Voz da Unidade, segundo o então dirigente sindical e partidário, Ivan Pinheiro, havia um setor do partido no movimento sindical que reivindicava sim a construção da CUT em 1982: “quem inventou o nome CUT foi o PCB em 1980, 1981, e tinha o setor sindical do PCB que estava à esquerda da direção do partido[...]” (Entrevista de Ivan Pinheiro ao pesquisador em 02.06.2014). Esse setor teria como maiores expoentes o próprio Ivan Pinheiro, do sindicato dos bancários, e Arnaldo Gonçalves, do sindicato dos metalúrgicos de Santos, os dois da Comissão Pró-CUT (2014, p. 112).

Ainda assim, sem a presença da Unidade Sindical, o CONCLAT assentou as bases para a ruptura definitiva entre os dois campos do Movimento Sindical. Dele, participaram mais de cinco mil delegados de 912 entidades, número bem próximo da CONCLAT (Conferência) unificada. No entanto, apenas uma confederação e cinco federações se fizeram presentes, com um significativo aumento da representação de funcionários públicos, segundo Rodrigues (1991). O Congresso, mesmo que sem a presença da US, decidiu pela criação da CUT, sendo que a questão da pluralidade sindical foi deixada de lado, afirmando-se uma linha política de independência de classe em relação ao processo de redemocratização, pois, conforme Rodrigues:

[...] reforma agrária radical, ampla, massiva (sic), imediata e sob controle dos trabalhadores, a partir da demarcação do uso coletivo da terra; não pagamento da dívida externa; rejeição da privatização das estatais; eleições diretas para a Presidência da República; [...] direito a greve, pela liberdade e autonomia sindicais, pelo reconhecimento a CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores, etc. (1991, p. 34).

Como resposta, a US convocou seu próprio CONCLAT para novembro do mesmo ano. Apesar de participarem menos delegados, este espaço teve maior representação das entidades, mais especificamente 1243 contra 912, em comparação ao CONCLAT que fundou a CUT. O espaço resultou na prática em uma central sindical paralela à CUT: A Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) (RODRIGUES, 1991). A razão para não se autoproclamar Central parece algum tipo de esperança em uma reunificação do sindicalismo, mas não demorou muito para avançarem na formalização desse movimento como central sindical, visto que, em 1986, a CONCLAT (Coordenação) mudou de nome para CGT, em referência aberta

ao antigo Comando Geral dos Trabalhadores, que como mencionamos, foi dissolvido em razão do Golpe Empresarial-Militar de 1964.

Antes da fundação da CUT e da CONCLAT (Coordenação), podemos dizer que haviam dois campos políticos no Movimento Sindical que se esforçavam para garantir minimamente alguma unidade em prol da criação de uma central sindical. A US reunia setores expressivos entre os sindicatos oficiais, com forte representação entre as federações, com participação de sindicalistas independentes e de forma organizada comunistas do PCB, do PCdoB e do MR-8. Sua linha política era caracterizada por uma postura mais moderada, visto que compreendiam como central a política da Frente Ampla e Democrática contra Ditadura, onde algumas concessões seriam necessárias aos patrões para garantia da democracia liberal no País, identificando que o interesse dos trabalhadores, eleitoralmente, era representado pelo o MDB nas eleições.

Haviam também o bloco dos chamados sindicalistas autênticos que, apesar de inicialmente ser próximo dos comunistas, como vimos no V Congresso da CNTI de 1978, distanciava-se em detrimento da aproximação com a Igreja Católica, com os movimentos sociais e as Oposições Sindicais, bem como pelas diferentes táticas de luta, passando a se chamar Bloco Combativo. Junto com as oposições sindicais à estrutura sindical, o Bloco Combativo viria se consolidar como núcleo duro da fundação do PT e da própria CUT, ambos sem adesão dos trabalhadores identificados com a US.

5 CONCLUSÃO

A História do sindicalismo no Brasil é marcada por sucessivas rupturas institucionais que desorganizavam o proletariado. O PCB, passou por essas transformações tendo que assimilar rapidamente mudanças táticas e adaptar às novas realidades sua estratégia democrático-nacional.

A partir da revisão tática dos princípios do Manifesto de Agosto de 1950, a direção pecebista iria dar mais ênfase ao combate ao esquerdismo do que aos desvios reformistas. Este esquerdismo seria identificado tanto em ações que isolariam o Partido das massas, como a saída dos sindicatos oficiais, quanto ações que colocariam em risco a própria existência do Partido.

A postura de Luiz Carlos Prestes é uma expressão contraditória desse movimento. Se, em um primeiro momento, o “Cavaleiro da Esperança” buscou combater o esquerdismo contra o isolamento do Partido, ele próprio seria isolado definitivamente ao propor a ruptura com a estratégia da revolução por etapas.

Tanto a ampla luta das forças democráticas, quanto o combate ao sectarismo na ação política, podem ser importantes em determinados momentos históricos, constituindo-se como táticas legítimas do proletariado. No entanto, fica nítido que, ao tentar adequar suas táticas a uma estratégia política distante da realidade, em especial acerca do papel progressista da chamada burguesia nacional, o PCB acabou por se isolar dos setores mais dinâmicos do proletariado, tendo à frente ampla e o combate ao sectarismo como questão de princípio.

Em dois momentos completamente distintos da conjuntura brasileira esse fenômeno pode ser bem observado: o primeiro deles, a partir do Manifesto de Agosto de 1950, quando o Partido perdeu rapidamente a influência que conquistara, mas somente com a pressão da base sindical e a forte liderança de Prestes conseguiram impor novamente as alianças com os trabalhadores para o PCB voltar a ser protagonista no cenário político nacional, mesmo que ilegal; o segundo momento, é justamente o da reação do Partido diante do Golpe Empresarial-Militar, quando a crítica ao esquerdismo se converteu em defesa da conciliação, primeiro responsabilizando a luta combativa pelas Reformas de Base diante do Governo Goulart e, depois se, aliando aos setores mais comprometidos com a oposição consentida que o MDB representava.

O Partido iria entrar na Ditadura aprofundando sua compreensão positiva sobre o papel da burguesia brasileira na revolução antifeudal e anti-imperialista e, ao fazer isso, cada vez subordinava a necessária independência do proletariado aos interesses de uma classe. Ou seja, na verdade, predominava a associação com o imperialismo. No exílio, Prestes começava a combater os rumos que o Partido vinha tomando, mas, diante da Anistia, passou a entender que o papel que se esperava dele era o de unificar sob uma estratégia que julgava equivocada, todo o espectro político-ideológico no interior do PCB. Como consequência, não vendo mais espaço interno para discussão, acabou se desligando.

O quadro da segunda explosão contestatória inaugurou, no Brasil, a possibilidade histórica de unificação do sindicalismo classista em torno de uma central única de trabalhadores. No entanto, a diversidade de posições no interior do Movimento Sindical levou para a ruptura definitiva entre o campo da US e o do “Novo Sindicalismo”. Contraditoriamente, a defesa absoluta da unidade contribuiu para aprofundar a divisão e só restou aos comunistas os setores mais conformistas do sindicalismo oficial, entre os quais, posteriormente, irão fundar a Força Sindical. Mais do que uma ruptura em âmbito sindical, a conjuntura que rapidamente se desenvolve, entre 1978 e 1985, consolidou outra ruptura histórica, neste caso com a hegemonia do PCB na esquerda classista e que, ao contrário do passado, não recuperou mais seu protagonismo.

A formação dos trabalhadores enquanto classe avança de forma confusa, com avanços e retrocessos. O operariado brasileiro, na década de 1980, lembra a personagem de Jorge Amado, Dona Flor, que após a súbita morte de seu traiçoeiro, porém, amado e velho marido Vadinho, se apaixona e casa com Teodoro, mas com o espectro do falecido sempre lhe assombrando.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Dona Flor e seus dois maridos**: história moral e de amor. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

CARONE, Edgard. **O PCB**: 1943 a 1964. Vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARONE, Edgard. **O PCB**: 1964 a 1982. Vol. 3. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARONE, Edgard. As origens da III Internacional Comunista. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/835>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COSTA, Edmilson. **A política Salarial no Brasil (1964-1985)**: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória. Campinas: Unicamp, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 203-222.

DE PAULA, Paulo Vinicius. **A trajetória do PCB entre a anistia e a legalidade através do jornal voz da unidade (1980-1985)** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 52–56, Dez. 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8497>. Acesso em: 18 nov. 2023.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **Socialismo traído**: por trás do colapso da União Soviética. São Paulo: Lavra Palavra Editorial, 2023.

KONRAD, Diorge. Classe e consciência de classe: as peculiaridades de Karl Marx e Edward P. Thompson na teoria e na historiografia. In: **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: Ensino, Direitos e Democracia**, 2016, Santa Cruz do Sul - RS. Ensino, Direito e Democracia: Anais - XIII Encontro Estadual de História de 18 a 21 de julho de 2016. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

LANDI, Gabriel. O desenvolvimento leninista do marxismo. **Lavra Palavra**: 2023. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2023/01/16/o-desenvolvimento-leninista-do-marxismo/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. *In*: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003, p. 153-170.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. **Nelson Werneck Sodré**: o general da História e da cultura. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. *E-book*.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortês, 2014. *E-book*.

PRESTES, Anita. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Anita. Duas táticas e uma mesma estratégia: do “Manifesto de Agosto de 1950” à “Declaração de Março de 1958”. **Lavra Palavra**: 2017. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2017/07/03/duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958/> . Acesso em: 20 nov. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais. 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1960/03/vitoria.htm>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RODRIGUES, Leôncio. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. *In*: BOITO Jr., A. (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate. Curitiba: **Revista de Sociologia Política**, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a continuidade e a ruptura visões da história do movimento sindical brasileiro. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 13, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em movimento a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 70 e 80. São Paulo: **Revista Perseu**, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, v. 7, n. 13, p. 279-309, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Um partido em dois tempos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas conjunturas pré e pós golpe de 1964. **Avances del Cesor**, Rosário, v. 17, n. 22, p.173-187, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2422-65802020000100009&lng=es&nrm=isso

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. *E-book*.

SEGURA, Amanda. **A disputa pela representatividade dos trabalhadores: as posições do PT e do PCB durante o processo de redemocratização**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Jones Manoel. Nelson Werneck Sodré, questão racial e Revolução Brasileira. **Blog da Boitempo**. 2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/03/09/nelson-werneck-sodre-questao-racial-e-revolucao-brasileira/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, Edson. O ISEB: a inteligência brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 1, p. 147-164, 2010.

STALIN, Joseph. **Sobre os fundamentos do leninismo**. Tradução de Editorial Vitória, 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm> . Acesso em: 20 nov. 2023.